



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**IRIS ARIANNE CAMPOS SANTOS**

**QUESTÃO SURDA: DESAFIOS ÉTNICOS E EUGENISTAS NO CENÁRIO  
IMPERIALISTA ESTADUNIDENSE**

**SÃO CRISTÓVÃO-SE  
2024**

**IRIS ARIANNE CAMPOS SANTOS**

**QUESTÃO SURDA: DESAFIOS ÉTNICOS E EUGENISTAS NO CENÁRIO  
IMPERIALISTA ESTADUNIDENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a conclusão do curso de Serviço Social, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Felix dos Santos.

**SÃO CRISTÓVÃO-SE  
2024**

**IRIS ARIANNE CAMPOS SANTOS**

**QUESTÃO SURDA: DESAFIOS ÉTNICOS E EUGENISTAS NO CENÁRIO  
IMPERIALISTA ESTADUNIDENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a conclusão do curso de Serviço Social, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Felix dos Santos.

Aprovado em: 22 de outubro de 2024.

**BANCADA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Paulo Roberto Felix dos Santos** (Orientador)  
Universidade Federal de Sergipe

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Cecília Tavares Leite** (Examinadora)  
Universidade Federal de Sergipe

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Flávia Augusta Santos de Melo Lopes** (Examinadora)  
Universidade Federal de Sergipe

## AGRADECIMENTOS

Diante da luta pela sobrevivência, concretizo esta etapa da minha vida como um lembrete – para mim – do que realmente importa. Para chegar até aqui, muitas pessoas e situações me fortaleceram. Antes disso, porém, foram os orixás que nutriram o meu orí. Agradeço primeiramente a eles pelo discernimento e proteção.

Isis, Yves, Willames, Wesley, Vitória e Iverson, meus irmãos, vocês são minha motivação para lutar por dias melhores. Agradeço pela existência de cada um em minha vida e desejo que ocupem todos os espaços e realizem os seus sonhos. Amo vocês!

Pai e mães, o amor de vocês me ensinou que família é aquela que nos acolhe e se faz presente. Ao meu pai, Ariosvaldo, agradeço pelo esforço em contribuir com meus estudos. Aprendo todos os dias com sua resistência e guardo na memória seus ensinamentos. Às minhas mães, Jucileide, Janizete e Zuleide, sou grata por tudo o que fazem por mim. O amparo que sinto de vocês através das palavras e ações me preenche de amor e perseverança.

À minha avó, Gedalva, agradeço pelo imenso carinho. Fico extremamente feliz por poder comemorar essa conquista com você em vida. Eu te amo demais. Às minhas tias, Rosilene, Valquelly, Eliane e Edijane, agradeço pela preocupação e incentivo. Apesar da distância, sinto a força de vocês como combustível para seguir adiante.

A Joanderson, agradeço por me ajudar a não desistir no percurso. Seu estímulo me ajudou a chegar até aqui, agora, com mais sapiência. Agradeço imensamente por estar presente em momentos tão importantes dessa trajetória, sendo gentil comigo e enfrentando adversidades. Amo você!

Jefinho, você me proporcionou tantas coisas objetivas e subjetivas, preencheu algumas lacunas e se fez presente independente do espaço-tempo. Você também se tornou parte da minha família e, aos poucos, foi se construindo como meu pilar. Através de você, aprendi a comemorar as conquistas e consegui me olhar com mais ternura. Isso foi essencial para a concretização deste trabalho, tudo o que está escrito neste parágrafo é pouco para expressar o quanto sou grata pelo que faz por mim e por nossa Aiyê. Te amo!

Everton, Vanessa, Bruna Sthefany, Bruna Bittencourt, Fernando, João, Maria Luiza e Alisson, não é possível escrever um parágrafo para cada um, mas, independentemente disso, agradeço pelo imensurável afeto e incentivo. Cada um de vocês é referência em minha vida. Também aproveitei este espaço para agradecer à Mylena, minha parceira de curso e vida. Juntas,

enfrentamos desafios, celebramos conquistas e construímos memórias que levarei para toda a vida. Quero te ver alçando muitos voos.

Ao meu companheiro e pai de Anita Aiyê, Adalberto Vinícius, dedico parte deste trabalho como um gesto de agradecimento. Você não mediu esforços para contribuir nesta reta final. Seu apoio e incentivo foram essenciais para que eu pudesse finalizar este ciclo. Tenho um amor e uma admiração por você que são gigantescos.

Agradeço imensamente à Lígia, que por anos foi minha psicóloga. A concretização desta monografia também é fruto de seus esforços; sem você, certamente essa caminhada teria sido mais dolorosa e prolongada. Jamais esquecerei de tudo que fez e faz por mim. Obrigada por tanto.

Affonso, você foi a primeira pessoa a ouvir minhas indagações sobre as pessoas surdas e também foi o primeiro a dizer que eu iria longe. Suas palavras mantiveram acesa em mim a chama da esperança. Lembrarei de você para sempre.

À minha ex-supervisora de estágio, Ana Flávia, agradeço pelo carinho e pelas preciosas trocas. Você me inspira. Também agradeço, neste espaço, a todos os professores que acompanharam nessa trajetória acadêmica, em especial às minhas queridas professoras Josiane Soares, Vera Núbia, Tereza Cristina, Lúcia Aranha e Laryssa Gabriella. Vocês me inspiram através do comprometimento com a educação.

Ao meu querido professor, tutor e orientador, Paulo Felix, agradeço especialmente por ter aceitado me orientar em uma pesquisa de suma importância para mim. Seu olhar técnico e humano captou o que me motivava e permitiu que eu chegasse a este tema. Agradeço imensamente por ter dedicado parte do seu tempo, proporcionando-me valiosas contribuições. Você não apenas transmite conhecimento, mas também inspira a busca contínua pelo aprendizado.

Também quero agradecer à banca, composta por Maria Cecília e Flávia Augusta. Vocês trouxeram riquíssimas indicações e apontamentos para o aprimoramento deste trabalho e dos que virão.

Por fim, sou grata ao Programa de Educação Tutorial (PET) e a todos do grupo pela partilha. Neste espaço de formação, desenvolvi minha base acadêmica, profissional e pessoal, vivenciando integralmente o ensino, a pesquisa e a extensão. Dito isto, uma vez petiana, sempre petiana.

*Dedico este trabalho às pessoas surdas e destaco essa poesia em homenagem. “Nossos olhos falam, nossas mãos gritam. Em um mundo que insiste em nos calar, somos nação, somos história, resistimos, persistimos, existimos.”*

*Shirley Vilhalva*

## RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é apreender os mecanismos estabelecidos pelo imperialismo estadunidense que estruturam a conexão entre o surgimento da indústria de telecomunicações e a defesa da implementação de aparelhos auditivos, como expressão da questão Surda. Tal finalidade, apesar de partir de séculos anteriores, XVIII e XIX, traz impactos para pensarmos a realidade presente, por entendermos que foi naquele período que se estruturaram as expressões da questão Surda que estão latentes até os dias atuais. Para dar conta dessa empreitada, assinalamos dois objetivos específicos: a) propiciar reflexões acerca de etnia, eugenia, nação e nacionalismo, Estado burguês, imperialismo e questão Surda; b) traçar uma relação do surgimento nos EUA da indústria de telecomunicação, os aparelhos auditivos e as políticas públicas educacionais e de saúde que foram desenvolvidas nesses períodos. Em relação aos aspectos metodológicos, adotou-se como método o materialismo histórico-dialético, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels. Como também, quanto aos objetivos, esta pesquisa possui o caráter exploratório, descritivo e bibliográfico, amparado por uma abordagem qualitativa. Os resultados deste estudo foram expostos em dois capítulos e quatro subitens. No primeiro foi abordado alguns fundamentos que elucidam a raiz histórica do contexto das pessoas surdas, inserindo-as em um panorama político, social e econômico mais amplo. Enquanto no segundo capítulo foi realizada uma breve discussão da trajetória sócio-histórica das pessoas surdas, desde o contexto educacional e de saúde, até as suas formas de resistência ao longo do tempo, fazendo uma breve contextualização que retira o discurso biologizante e centraliza o debate através do viés étnico, contrapondo os estudos hegemônicos que colocam as pessoas surdas no lugar da ausência, da deficiência e reabilitação. Por fim, diante dos resultados encontrados, concluiu-se que as práticas e políticas que surgiram desde o século XVIII, com ênfase no contexto estadunidense, ainda se perpetuam influenciando a forma como a surdez é percebida e tratada atualmente, o que nos leva a uma compreensão mais profunda das forças em jogo e quais são os determinantes que contribuem até os dias atuais para o genocídio e exclusão das pessoas surdas.

**Palavras-Chave:** Questão Surda; Audismo; Imperialismo estadunidense.

## ABSTRACT

The general purpose of this research is to understand the mechanisms established by US imperialism that structure the link between the emergence of the telecommunications industry and the defense of implementation of hearing aids, as expression of the Deaf question. That end, despite stem from 18th and 19th centuries, brings implications to think about the present reality, because we understand that which were period that are structures the expression of the Deaf question that are latent to the present days. In order to achieve this, we have set ourselves two specific objectives: a) to provide reflections on ethnicity, eugenics, nation and nationalism, the bourgeois state, imperialism and the Deaf Question; b) to trace a relationship between the emergence of the telecommunications industry in the USA, hearing aids and the public educational and health policies that were developed during these periods. As for the methodological aspects, the method adopted was historical-dialectical materialism, developed by Karl Marx and Friedrich Engels. As for the objectives, this research is exploratory, descriptive and bibliographical, supported by a qualitative approach. The results of this study are presented in two chapters and four sub-items. The first deals with some fundamentals that elucidate the historical roots of the context of deaf people, placing them in a broader political, social and economic panorama. The second chapter briefly discusses the socio-historical trajectory of deaf people, from the educational and health context to their forms of resistance over time, providing a brief contextualization that removes the biologizing discourse and centralizes the debate through the ethnic bias, countering the hegemonic studies that place deaf people in the place of absence, disability and rehabilitation. Finally, in view of the results found, it was concluded that the practices and policies that have emerged since the 18th century, with an emphasis on the US context, are still perpetuated, influencing the way deafness is perceived and treated today, which leads us to a deeper understanding of the forces at play and the determinants that contribute to the genocide and exclusion of deaf people to this day.

**Keywords:** Deaf question; Audism; North American imperialism.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ASL	American Sign Language
CIPOML	Conferência Internacional dos Partidos Marxista-Leninistas
COINES	Congresso Internacional de Educação para Surdos
EUA	Estados Unidos da América
FCC	Federal Communications Commission
INJS	Instituto Nacional dos Jovens Surdos de Paris
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO I - A FORMAÇÃO DA QUESTÃO SURDA: ALGUMAS PISTAS PARA O DEBATE</b> .....	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Quando a Questão Surda é o nó da “Questão Social”</b> .....	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>Silenciados pela burguesia: análise da trajetória sócio-histórica das pessoas surdas</b> .....	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO II - O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE E AS PESSOAS SURDAS: UMA ANÁLISE ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	<b>27</b>
<b>3.1</b>	<b>Interseções entre a educação e a saúde das pessoas surdas: uma discussão étnica</b> .....	<b>27</b>
<b>3.2</b>	<b>Conformação da indústria telefônica e os aparelhos auditivos: entre opressões e resistências</b> .....	<b>38</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>45</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho integra um estudo iniciado no terceiro período, na disciplina optativa de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Ele é fundamentado sob uma perspectiva crítica e reflexiva, articulada com as diretrizes do Projeto Profissional, em conformidade com o Código de Ética Profissional (CFESS, 1993), a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social (Lei nº 8.662/1993) e a Proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996). As indagações iniciais em torno do estudo da surdez surgiram de tais formas: “Por qual motivo as pessoas Surdas<sup>1</sup> são reconhecidas majoritariamente como pessoas com deficiência? Qual o contexto social, político e econômico dessas pessoas em 1880? Por que esse período coincide com a legitimação oficial da proibição da língua de sinais?”.

Esses questionamentos possibilitaram a conexão entre o primeiro monopólio das telecomunicações e a indústria de aparelhos auditivos. Essa análise inicial revelou como esses fatores se relacionam com a colonização das pessoas surdas e com o imperialismo estadunidense. Assim, este trabalho justifica-se pela escassa produção de estudos sobre as pessoas Surdas sob uma perspectiva étnica, evidenciando a necessidade de continuar investigando e discutindo sobre o tema. Tal abordagem abrirá caminho para o surgimento de novos estudos.

Sendo assim, a pesquisa tem como objetivo geral apreender os mecanismos estabelecidos pelo imperialismo estadunidense que estruturam a conexão entre o surgimento da indústria de telecomunicações e a defesa da implementação de aparelhos auditivos, como expressão da questão Surda. Tal finalidade, apesar de partir de séculos anteriores, XVIII e XIX, traz impactos para pensarmos a realidade presente, por entendermos que foi naquele período que se estruturaram as expressões da questão Surda que estão latentes até os dias atuais. Para dar conta dessa empreitada, assinalamos dois objetivos específicos: propiciar reflexões acerca de etnia, eugenia, nação e nacionalismo, Estado burguês, imperialismo e Questão Surda<sup>2</sup> e traçar uma relação do surgimento da indústria de telecomunicação, os aparelhos auditivos e as políticas públicas educacionais e de saúde que foram desenvolvidas nesses períodos. Com o

---

<sup>1</sup> Dispondo do mesmo argumento de Hora (2020, p. 22) no decorrer do trabalho “quando utilizo ‘Surdo’ e ‘Surda’, com ‘S’ maiúsculo, me refiro aos/às que se identificam cultural e linguisticamente com a “Surdidade” e convivem na Comunidade Surda. Enquanto uso ‘surdo’ ou ‘surda’, com inicial minúscula, ao me referir àquelas pessoas que têm surdez independente de sua identificação linguístico-cultural. Deixo como observação que o significado de “Surdidade” será apresentado mais adiante.

intuito de atingir as metas estabelecidas, apresentamos a seguir o percurso metodológico adotado, que nos possibilitou fazer as considerações sobre o tema em questão.

A pesquisa desenvolvida tem como método o materialismo histórico-dialético, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels. Esse método é uma ferramenta de análise da realidade social que busca compreender as transformações históricas e sociais a partir das condições materiais de existência e suas contradições, possibilitando sair da aparência dos fenômenos estudados para alcançar a sua essência, consoante a Escorsim Netto (2011, p. 22) “sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável, é [importante] apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto”.

Dessa forma, o trabalho se direciona à perspectiva marxista-leninista, que, de acordo com o que traz o documento da Conferência Internacional dos Partidos Marxista-Leninistas – CIPOML:

O marxismo-leninismo é uma teoria científica do desenvolvimento social; descobriu as leis que regem as mudanças verificadas na natureza, da sociedade e do pensamento. Não se limita a diagnosticar a realidade, mas visa a identificar as contradições que determinam e promovem essas mudanças; desenvolve as formas e métodos que servem para transformar a sociedade, assim como o papel das forças protagonistas de cada momento histórico. Esta é a diferença que tem com o socialismo utópico, que o precedeu, pois, enquanto este apenas descreve uma sociedade justa e igualitária, sem menção à forma de alcançá-la, o marxismo-leninismo o faz com uma base científica provada na prática social. Ao descobrir as forças antagônicas que promovem as mudanças, o marxismo verifica a existência de lutas de classes. Seu mérito não está nessa descoberta, mas no fato de projetar o fato de que o resultado dessa luta de classes no capitalismo conduz, de forma infalível, ao estabelecimento da ditadura do proletariado (CIPOML, 2011, n.p.).

Com o embasamento do método, a pesquisa possui o caráter exploratório-descritivo. Conforme aponta Gil (2002), ela oferece uma abordagem robusta para o entendimento inicial de fenômenos e contextos pouco explorados. Ao proporcionar uma descrição detalhada e abrangente, ela não apenas conduz aspectos importantes do tema investigado, mas também estabelece uma base sólida para pesquisas futuras.

Nesse sentido, o estudo é alicerçado em uma abordagem qualitativa, que, segundo Minayo (2009, p. 21), tem como centralidade compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, deste modo, respondendo a aspectos da realidade que não poderiam ser quantificados, isto é, “[...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores, e das atitudes”.

Para realização deste estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Em consonância com Gil (2002), ela foi realizada através de artigos, livros, dissertações entre outros. Para a realização do estudo, dialogamos com autores como: Lênin (2017/2021), Stalin (1906),

Iamamoto (2001/2006), Paulo Netto (2006), Hora (2020), Skliar (2016), Gesser (2009), Lacerda (1998), Lopes; Abreu (2017), Schwarcz (1993), Davis (1995). Entretanto, nessa busca por referências que dialogassem com as minhas inquietações, observei a incipiência de produções em língua portuguesa que versam sobre o tema e, através disso, pude constatar esse fato como a maior dificuldade do meu objeto.

A fim de abranger os tópicos que entendemos como necessários para as problematizações que desenvolvemos, organizamos a exposição dos resultados da seguinte forma: dois capítulos e quatro subitens. No primeiro, abordaremos em linhas gerais alguns fundamentos que elucidam a raiz histórica do contexto das pessoas surdas, inserindo-as em um panorama político, social e econômico mais amplo. No subitem 2.1, debateremos a “questão social” e a sua relação com a questão Surda e o Estado, resgatando conceitos utilizados nos estudos sobre as pessoas surdas. No subitem 2.2, abordaremos brevemente as inter-relações entre imperialismo, nação, nacionalismo, racismo e eugenia, correlacionando no decorrer do trabalho estas categorias de análise.

O capítulo dois tem como objetivo discutir a trajetória sócio-histórica das pessoas surdas, desde o contexto educacional e de saúde até as suas formas de resistência ao longo do tempo, fazendo uma breve contextualização que retira o discurso biologizante e centraliza o debate através do viés étnico, contrapondo os estudos hegemônicos que colocam as pessoas Surdas no lugar da ausência, da deficiência e da reabilitação. Desse modo, no subitem 3.1, examinaremos as políticas e práticas educacionais e de saúde que permearam a história desse povo.

Assim, é crucial entender que essas políticas não surgiram isoladamente, elas foram moldadas e influenciadas por fatores sociais, culturais, tecnológicos e econômicos, o que traz maior aprofundamento acerca da eugenia na particularidade das pessoas surdas, apontando seus determinantes. É aqui que a conexão com o subitem 3.2 se revela essencial. Ao desvelar a conformação da indústria telefônica e da indústria de aparelhos auditivos, podemos entender melhor como essas tecnologias não apenas refletiram, mas também influenciaram as políticas voltadas para as pessoas surdas.

## **2 CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO DA QUESTÃO SURDA: ALGUMAS PISTAS PARA O DEBATE**

Este capítulo abordará, em linhas gerais, a constituição do Estado burguês, sua funcionalidade e mecanismos na sociedade capitalista e as causas históricas para a sua existência. Trata-se, como o próprio título anuncia, de trazer à baila algumas pistas quanto às determinações sócio estruturais que conformam a Questão Surda. Longe de querer esgotar todo o conjunto de questões que envolvem essas determinações, intenta-se circunscrever alguns elementos de fundamentos estruturais que sedimentarão a conjuntura dos séculos XVIII e XIX, que será abordada no capítulo II. Desse modo, no presente capítulo, no subitem 2.1, percorremos as determinações históricas da “questão social” e a sua relação com a questão Surda e o Estado, trazendo conceitos utilizados nos estudos sobre as pessoas surdas como a oralização, o ouvintismo, o audismo e a surdidade. No subitem 2.2, abordaremos brevemente as inter-relações entre imperialismo, nação, nacionalismo, racismo e eugenia dentro do contexto histórico, social, econômico e político em sua totalidade. Essas conexões apreendem uma análise mais aprofundada da realidade social que, através de uma postura ético-política direcionada ao socialismo, busca compreender o estudo da surdez em sua estrutura, identificando os seus estruturantes da sua formação.

### **2.1 Quando a Questão Surda é o nó da “Questão Social”**

A fim de entendermos as conexões que se estabelecem entre a Questão Surda enquanto parte da “questão social”, faz-se necessário apreendermos a função de um sujeito político-econômico fundamental nesse processo: o Estado. Isso porque, ao remeter à contemporaneidade e à constituição dos territórios nacionais, é a partir da ação do aparelho estatal que se é possível compreender as diversas formas mobilizadas pelo capital para a sua autoexpansão, suas determinações estruturantes, nas quais se assentam estruturas de exploração e opressão. Nesses termos, de acordo com Friedrich Engels, em seu livro “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”:

O Estado surgiu da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle, mas dado que surgiu, ao mesmo tempo, em meio ao conflito dessas classes, ele é, via de regra, Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, que se torna também, por intermédio dele, a classe politicamente dominante e assim adquire novos meios para subjugar e espoliar a classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi sobretudo o Estado dos donos de escravos para manter os escravos sob controle, como o Estado

feudal foi o órgão da nobreza para manter sob controle os camponeses servís e o Estado representativo moderno é o instrumento de espoliação do trabalho assalariado pelo capital (Engels, 2019, p. 158).

Dessa forma, assim como nos sistemas escravista e feudal, havia a necessidade de um “ente” para garantir a coesão desse modo de produção, como bem elucidado por Engels na citação anterior. Dialeticamente, o Estado existe como peça fundamental na dinâmica de produção e reprodução no sistema capitalista, com o objetivo de exercer a defesa da classe dominante. Nesse processo, a burguesia se organiza e está em todos os níveis políticos com o objetivo de controlar os seus interesses, tendo como fio condutor a sustentação da reprodução e ampliação do capital e a luta de classes. Conforme Lênin (2017), em “O Estado e a Revolução”:

[...] O Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge onde, quando e na medida em que as contradições de classe não podem objetivamente ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis (Lênin, 2017, p. 29).

Imbuído nesse processo, incide a gênese da “questão social”, situada na expressão da contradição entre capital e trabalho. Segundo Escorsim Netto (2011), a “questão social” tem origem no século XVIII na Inglaterra, na segunda fase do capitalismo, conhecida como concorrencial (ou mercantil) e perdura até o último terço do século XIX. Com o avanço da industrialização e o controle das principais atividades econômicas, a população vivenciou um impacto imenso, marcado pelo fenômeno do pauperismo que, de acordo com Meirelles (2017), naquele momento, se apresentava como um fenômeno recente e inédito para as expectativas de produção da época. Conforme destaca Santos (2012, p. 28) “[...] pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”.

Segundo Marx (2017), a pauperização e a concentração de riquezas, enquanto expressões nucleares da “questão social”, referem-se a uma consequência da estrutura socioeconômica do próprio capital, vinculada à lei geral da acumulação capitalista. Na medida em que o capitalismo foi ampliando e concentrando riquezas, a pobreza foi se generalizando, “dito de outro modo: a pobreza existente antes do capitalismo era determinada socialmente pela divisão entre classes, mas se devia, principalmente, ao baixo desenvolvimento das forças produtivas [...]” (Santos, 2012, p. 29). Esse contexto passou a constituir uma nova dinâmica, pois a pobreza, a partir do sistema capitalista, passa a crescer simultaneamente ao

desenvolvimento das forças produtivas e, embora a produção da riqueza social tenha aumentado e adquirido caráter coletivo, sua apropriação tem sido privada.

Paulo Netto (2006, p. 158) argumenta que “a ‘questão social, [...], não tem nada a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital”. Com isso, Iamamoto (2006) destaca que existem dois pontos que são necessários para o entendimento da “questão social”: o primeiro está nas disputas dos diferentes projetos societários e o segundo diz respeito às novas configurações assumidas pelo trabalho, que abrange as forças produtivas e as relações sociais.

A violência dos primeiros protestos operários era a reação inevitável à brutalidade da exploração capitalista, então basicamente centrada no incremento do excedente mediante a extensão da jornada de trabalho (mais-valia absoluta) – inexistiam quaisquer garantias para os trabalhadores, indefesos diante da capacidade da burguesia. E a resposta burguesa ao protesto operário não se esgotou na representação pura e simples; tomou também a forma de incorporação de novas tecnologias à produção, de modo a atemorizar os proletários com a ameaça do desemprego pela redução da demanda de trabalho vivo (Paulo Netto, 2006, p. 102-103).

Como sinaliza Santos (2012), nada que originou a “questão social” pode ser compreendido como natural, os fenômenos que contribuíram para o seu aparecimento possuem causalidades históricas. Como aponta Iamamoto, a “questão social” é:

[...] indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto da classe trabalhadora [...]. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente [...] (Iamamoto, 2006, p. 11).

Nesse sentido, a “questão social” enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas é compreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais. Meirelles (2017) enfatiza que as suas expressões podem ser reconfiguradas nos diferentes estágios capitalistas, mas persistem substancialmente sendo as mesmas porque derivam do mesmo fundamento, ou seja, a “questão social” permanece a mesma, não existe uma nova, o que se modifica são as suas expressões manifestada nas diversas formas de desigualdade, exploração e dominação.

Historicamente a "questão social" tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo o seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder e, em especial, pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera

pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho – consubstanciados em serviços e políticas sociais (Iamamoto, 2001, p. 17).

Como enfatizado por Yamamoto na citação anterior, o surgimento da luta de classes constituída por esse antagonismo tem o seu caráter histórico na reivindicação dos direitos sociais diante das péssimas condições de vida e de trabalho. À vista disso, os aparelhos repressivos do Estado como o exército, a polícia, os manicômios e o sistema penitenciário, são instrumentos criados para fazer a manutenção do sistema vigente que, por um lado, faz a defesa intransigente dos interesses da classe dominante e, por outro, oprime, espolia e extermina a classe trabalhadora. Como elucidado por Paulo Netto (2006, p. 103),

O essencial das funções do Estado burguês restringia-se às tarefas repressivas: cabia-lhe assegurar o que podemos chamar de condições externas para a acumulação capitalista – a manutenção da propriedade privada e da “ordem pública” (leia-se: o enquadramento dos trabalhadores).

Nesse dinamismo estrutural desigual e combinado, adentramos na análise acerca da questão Surda, no qual possui marcadores específicos na sociabilidade burguesa em seu desenvolvimento sócio-histórico.

É no contexto das contradições capitalistas que a questão dos Surdos aparece de modo vinculado à questão das pessoas com deficiência, consideradas nos primeiros séculos do desenvolvimento burguês não aptas ao trabalho. A questão das pessoas com deficiência se impõe socialmente a partir do século XVIII, quando filantropos e homens públicos buscam responder à vadiagem, à mendicância e até mesmo aos pequenos roubos e atos de violência praticados por elas. Essa resposta ocorre pela sua inclusão no trabalho assalariado, através da sua educação formal (escrever, ler, calcular, bem como alguma habilidade técnica) e moral (valores religiosos e cívicos) (Azevedo; Aquino; Hora, 2021, p. 191).

Os impactos da acumulação primitiva do capital incidem em diversas formas de opressão em que as pessoas surdas são submetidas e que se particularizam como expressões da “questão social”, fundada a partir do trabalho assalariado, ou seja, a “questão surda” é totalmente ligada à questão de classe. Conforme elucidada Hora (2020),

A “Questão Surda” é expressão da “Questão Social”, sustentada pela emancipação política e as contradições imbricadas nos nexos da complexa totalidade social [...] a luta da Comunidade Surda deve ser compreendida no interior das lutas mais amplas da classe trabalhadora pela construção e consolidação dos seus direitos, sem desconsiderar as particularidades dessa comunidade (Hora, 2020, p. 126-129).

É através de espaços em que há uma organização coletiva, como as associações, que se constitui a *Surdidade*.

A Surdidade, como dimensão sociocultural do sujeito Surdo, se produz por meio, da sua aquisição da língua de sinais e da sua inserção nos diversos espaços que constituem essa comunidade específica, sejam as escolas, sejam as associações ou as aproximações mais particulares, com falantes da língua de sinais que já se identificam com esta cultura específica (Hora, 2020, p. 107).

É a partir dessas especificidades que os autores Azevedo; Aquino; Hora (2021, p. 196) enfatizam que “emerge um conceito importante na constituição da Questão Surda, que é o conceito de audismo (audism). Na Questão Social, que é estrutural às relações capitalistas, ao segmento populacional Surdo se impõe uma forma de opressão particular, de natureza linguística.” Segundo Hora (2020, p.52),

[...] o termo audism foi usado pela primeira vez pelo Surdo Tom Humphries, para significar os esforços de sujeitos ou da comunidade ouvinte para dominar Surdos/as, uma relação de opressão linguística e cultural. [...] Ao desenvolver uma pesquisa na Universidade Gallaudet<sup>3</sup>, em 1975, [ele] cunhou o termo audism a partir de discussões com a comunidade, refletindo sobre minorias e experiências de controle ouvinte sobre as pessoas Surdas, baseando-se nos termos sexism e racism. Nesse sentido, ao observarem e refletirem coletivamente, sujeitos Surdos percebem que são oprimidos/as, como outros grupos sociais.

Ao apontar o audismo enquanto categoria constituinte da Questão Surda, Azevedo; Aquino; Hora (2021) indicam que:

O audismo é o sistema de opressão presente na sociedade capitalista que coloca Pessoas Surdas em posição inferior na escala de desigualdades sociais, sob a dominação colonialista de instituições subalternizadoras (políticas públicas, empresas, escolas, medicina, fonoaudiologia, justiça etc.), a partir da desvalorização, da inferiorização e mesmo da marginalização das línguas de sinais, tanto na vida social cotidiana, quanto nas relações institucionais. Em todos esses casos, há o incentivo ou a exigência de que sejam dominantes nas relações sociais o sentido da audição e as línguas vocais-auditivas (Azevedo; Aquino; Hora, 2021, p. 196).

Em face do exposto, o pesquisador Skliar (2016) empregou o termo “ouvintismo” pela primeira vez no Brasil em 1998. Para ele, o ouvintismo trata-se do:

[...] conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte. Além disso, é nesse olhar-se, e nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser deficiente, do não ser ouvinte; percepções que legitimam práticas terapêuticas habituais (Skliar, 2016, p. 15).

---

<sup>3</sup> Gallaudet University é uma instituição privada de ensino superior, em que os programas são voltados para pessoas Surdas, sendo a American Sign Language (ASL) a língua primordial no campus (Hora, 2020, p. 19).

Acerca dessa percepção, Perlin (2016) destaca que:

O ouvintismo deriva de uma proximidade particular que se dá entre ouvintes e surdos, na qual, o ouvinte sempre está em posição de superioridade. Uma segunda ideia é a de que não se pode entender o ouvintismo sem que esse seja entendido como uma configuração do poder ouvinte. Em sua forma oposicional ao surdo, o ouvinte estabelece uma relação de poder, de dominação em graus variados, em que predomina a hegemonia por meio do discurso e do saber. Academicamente essa palavra - ouvintismo - designa o estudo do surdo do ponto de vista da deficiência, da clinalização e da necessidade de normalização (Perlin, 2016, p. 59).

No entanto, a dissertação de Hora (2020) traz um posicionamento ético-político muito importante ao apontar que o termo “ouvintismo” é frequentemente associado à responsabilização individual da pessoa ouvinte em contextos de opressão, em que carrega uma leitura culpabilizadora. Como bem elucidado nesta análise de Silva e Campos (2017, p. 142-143):

[..] os ouvintes, nome dado às pessoas que não tem perdas auditivas, por constituírem-se como uma parcela majoritária na sociedade, são os responsáveis pela manutenção de práticas prejudiciais e de silenciamento sobre as identidades e as práticas de comunicação dos sujeitos surdos, seja por desconhecimento, prejulgamento ou intolerância.

Acerca desse debate sobre os termos, como elucidada Hora (2020), há uma escassa produção acadêmica. Entretanto, no Brasil, está centrado hegemonicamente a perspectiva pós-estruturalista que considera o termo “ouvintismo”. Tendo em vista o método de análise deste trabalho, consideramos no decorrer deste trabalho o termo “audismo”, como explicitado acima, pois traz a compreensão do caráter estrutural e estruturante da Questão Surda, como aponta Azevedo; Aquino; Hora, 2021), é preciso fazer essa disputa política-ideológica, analisando essas categorias tendo por base o materialismo histórico-dialético. Neste próximo subitem, adentramos na intrínseca conexão entre as pessoas surdas com o imperialismo, nação e nacionalidade, raça e eugenia.

## **2.2 Silenciados pela burguesia:** análise da trajetória sócio-histórica das pessoas surdas

No que concerne ao imperialismo, de acordo com Lênin (2017), ele emergiu como a continuação das características essenciais do capitalismo. Contudo, foi somente quando o capitalismo atingiu um estágio avançado de maturação que se metamorfoseou em imperialismo. Nesse ponto, elementos centrais do capitalismo começaram a se converter em seus opostos, marcando a era de transição para um sistema econômico e social mais avançado.

No âmbito econômico, o aspecto mais crítico desse processo é a transição da competição livre para o domínio dos monopólios. Enquanto a competição livre é o pilar do capitalismo e do comércio em geral, o monopólio representa seu antônimo, paradoxalmente, os monopólios surgem da competição livre, mas não a extingue, coexistindo com ela e, por consequência, criando contradições, atritos e conflitos intensos. Presenciamos uma grande produção e concentração de capital a ponto de gerar monopólios: cartéis, sindicatos e trusts, que se fundam ao capital através de um punhado de bancos que controlam vastas quantias de dinheiro. O monopólio é, portanto, um estágio de transição do capitalismo para uma ordem superior.

Desse modo, Lênin (2017) caracteriza esse estágio como o terceiro no processo evolutivo do capitalismo, conhecida como a fase monopolista, onde se destaca principalmente a fusão do capital financeiro, representado pelo capital bancário de grandes bancos monopolistas, com o capital de associações industriais monopolistas. Como aponta Paulo Netto (2006, p. 106) “[esse grau de evolução] se gestou nas últimas três décadas do século XIX e, experimentando transformações significativas, percorreu todo o século XX e se prolonga na entrada do século XXI.”

O capital financeiro está intrinsecamente interligado com os objetivos do Estado Burguês que, por sua vez, se encarrega de defender os interesses dos grandes monopólios, concedendo-lhes empréstimos e permitindo o domínio da oligarquia financeira. Esse movimento reflete para a classe trabalhadora a intensificação da exploração da força de trabalho, perda de território, entre outras retiradas de direitos que coadunam na concentração e centralização de capital. Além disso, Lênin (2017) descreve a partilha do mundo como uma evolução da política colonial, que passou de uma expansão sem restrições para áreas não dominadas por potências capitalistas, para uma política de controle capitalista sobre territórios que já foram completamente divididos. À vista disso, o referido autor destaca cinco traços fundamentais para a constituição do imperialismo, sendo eles:

- 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada neste capital financeiro, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (Lênin, 2017, p. 114).

Desse modo, as forças produtivas ultrapassam os limites nacionais e as corporações e estados buscam novos mercados e recursos além de suas fronteiras. Essa expansão não é apenas

econômica, mas também cultural e política, impondo valores e sistemas que perpetuam a dominação de uma classe sobre outra, exercendo domínio sobre nações potencialmente menos desenvolvidas para explorar seus recursos e força de trabalho.

Acerca desses aspectos a questão Surda está centrada a partir de um lugar determinante, qual seja, as particularidades de constituição do Estado-Nação. Para isso, precisa-se discutir o conceito de nação e nacionalismo. Para Jaguaribe (2023), a nação é composta pela existência de um povo, com vínculos comuns, a exemplo da raça e da tradição cultural. Tais vínculos se estruturam de modo permanente em determinado território, integrado ou potencialmente integrado por um sistema de governo. A partir dessa apreensão, avança-se à constituição do nacionalismo. “A primeira espécie de nacionalismo, ou nacionalismo integrador, é o das comunidades que se constituem em nação. A essa espécie pertenceram os nacionalismos europeus e o estadunidense do século XVIII.” (Jaguaribe, 2023, p. 32).

A nação e a nacionalidade não são naturais, meramente resultado do acaso ou espontaneísmo, pelo contrário, são mecanismos e práticas institucionalizadas de poder, condicionadas por estruturas político-econômicas constituídas como construção social, que surgem a partir das relações de produção e da sua condição material de existência, sendo um produto histórico e mutável. Para Stalin (1906), o conceito de nação é uma categoria histórica intrinsecamente ligada a uma época específica, a era do capitalismo em ascensão e à consolidação da burguesia como classe dominante. Durante o processo de transição do feudalismo para o capitalismo entre os séculos XV e XVI, ocorreram simultaneamente a formação de nações por meio da união de diferentes grupos de pessoas.

O século XVIII foi marcante para a formação dos Estados-nação modernos, devido ao processo de homogeneização de diversos povos. Esse movimento histórico fez parte do fortalecimento da hegemonia burguesa e contribuiu para a consolidação do conceito de nação e a ideologia nacionalista.

Historicamente, a nação é produto de determinada cultura, a ocidental, e nesta surge, apenas a partir de determinada época, o Renascimento. Outras culturas conheceram a pólis e o império, lograram constituir formas de Estado próximas às do Estado moderno, mas não suscitaram o aparecimento de nacionalidades. Além das condições históricas, a nação é determinada por condições sociais. Não arbitrariamente, mas em virtude de determinadas transformações econômico-sociais e para atender e salvaguardar interesses decorrentes dessas transformações é que se constituem em nações comunidades que anteriormente se achavam organizadas em forma diversa (Jaguaribe, 2023, p. 29).

A formação da nacionalidade desempenha um papel decisivo em que esta tem uma dimensão política, constituindo-se como uma ferramenta de duplo gume. Por um lado, pode ser

um grito de resistência contra a opressão imperialista e um chamado à solidariedade entre os trabalhadores de diferentes nações. Por outro, pode ser cooptado pela classe dominante para desviar a atenção acerca de todas as questões que envolvem classe, raça e gênero para justificar a expansão imperialista. A nacionalidade é um atributo pertencente a uma nação, que, segundo Almeida (2019), desempenha um papel central na criação de um discurso sobre a unidade do Estado, baseado em um imaginário que remonta a uma origem ou identidade comum.

Dito de outro modo, a nação não é apenas um processo histórico e cultural, mas também um fenômeno profundamente enraizado nas dinâmicas de poder e nas aspirações de um povo, e, como dito acima, pode ser instrumentalizada como uma ferramenta de divisão e controle pelos países imperialistas. Na particularidade das pessoas surdas, o Estado burguês, por ser excludente, busca ocultar os conflitos entre os sujeitos a partir de um processo de homogeneização, contribuindo para o apagamento em suas vivências, multiculturas e a sua língua nativa. Com isso, situamos as pessoas surdas dentro de uma nação, considerada como minoria linguística, que deve ser reconhecida como um povo constituído pela diferença linguística, mas não só.

À primeira vista, pode parecer que a surdez deva ser considerada um fenômeno social/médico e, como tal, pouco tem a ver com as questões de nação e nacionalidade. Entretanto, a questão de uma língua comum está intrinsecamente envolvida na forma como os surdos foram tratados desde os primórdios, e paralelos podem ser traçados entre essa experiência com a experiência de outros grupos linguisticamente divergentes em ambientes coloniais. Em vez de chamar os surdos de nacionalidade, pode-se considerá-los como ocupantes do lugar de um grupo étnico. Connor (1992 apud Davis, 1995) observa que o termo “étnico” é derivado do equivalente mais próximo *denationem* no grego antigo, “*ethnos*” e, como tal, tem um significado bastante próximo de ‘nação’.

[...] os surdos têm uma comunidade, uma história, uma cultura, além disso, os surdos tendem a se casar, perpetuando assim essa cultura. Existe dentro do mundo surdo um corpo de “literatura”, incluindo obras escritas e assinadas, uma tradição teatral/coreográfica, práticas discursivas acadêmicas, instituições pedagógicas/ideológicas e assim por diante. Nesse sentido, os surdos criaram seu próprio “nacionalismo” como resistência à cultura auditiva (Santana; Bergamo, 2005, p. 5).

O nacionalismo tem impacto significativo na construção das identidades surdas. Enquanto algumas comunidades surdas desenvolvem formas de nacionalismo como resistência à hegemonia auditiva, elas ainda continuam sendo marginalizadas dentro de seus próprios países, enfrentando políticas assimilacionistas que visam suprimir suas identidades culturais e

linguísticas. Com a tentativa de dizimar esse povo, a sua língua foi a primeira forma de tentar aniquilar.

Segundo Stalin (1906), o idioma desempenha um papel crucial tanto no desenvolvimento quanto na luta das nações, que possuem suas próprias línguas distintas. Ele enfatiza que, para atender aos interesses do proletariado, é essencial que os trabalhadores de diferentes nacionalidades dentro de um território tenham a liberdade de usar suas línguas nativas. Essa liberdade linguística é vista como uma ferramenta que permite uma educação mais acessível e uma luta mais eficaz contra o sistema capitalista em diversos ambientes, como assembleias, espaços institucionais, sejam eles sociais ou não, entre outros.

O fato de alguns surdos quererem fundar um estado separado é um argumento forte o suficiente para vê-los como uma nacionalidade ou um grupo étnico. É mais do que possível considerar a flexibilidade do conceito de nacionalidade e ver a forma como o Estado-nação, na sua formação nos séculos XVIII e XIX, eliminou vários grupos normalmente não pensados como minorias nacionais – mulheres, gays, lésbicas e subgrupos linguísticos – em uma tentativa de fazer uma nação a partir de muitas (Davis, 1995, p. 11, tradução livre, grifo nosso).

Postas tais premissas, revela-se fundamental, para o estudo da questão surda, ampliar a noção comumente estabelecida de nação. Tal dimensão, em alguma medida, tenciona a dimensão de politicidade normalmente estabelecida a partir da intervenção estatal e nos permite observar como o entendimento desse estudo subverte o nível mais comum de nação e nacionalismo, ainda que não se possa separar das estruturas sobre a qual a nação se desenvolve sob o capitalismo e que também são determinadas pelo racismo e a eugenia.

É sabido que não há capitalismo sem racismo, visto que uma de suas condicionalidades é a intensificação da exploração da força de trabalho que propicia o acúmulo de capital. Como afirma Almeida (2019), o racismo, por ser um processo estrutural, não depende de uma ação consciente do indivíduo para existir, pois a sua base material está imbricada no processo histórico e, por sua vez, está conectada com as transformações sociais, sendo importante desnaturalizar qualquer noção de racismo como condição humana.

Para o autor, a superação do racismo exige uma reflexão sobre novas formas de sociabilidade que não se baseiam em conflitos e antagonismos sociais. Além disso, ele argumenta que a busca por uma nova economia e formas alternativas de organização é inviável sem compreender o racismo e outras formas de discriminação como partes essenciais dos processos de exploração e opressão na sociedade. Em conformidade, Bethencourt (2018) traz que as motivações para o desenvolvimento do racismo ao longo da história se baseiam em projetos políticos.

O racismo precedeu a teoria das raças, mas a inclusão numa estrutura científica de preconceitos novos e antigos relacionados com a ascendência étnica acentuou a ação discriminatória, uma vez que cristalizou os preconceitos étnicos, atribuindo-lhes um status de conhecimento superior. As teorias das raças tiveram um impacto extraordinário, não só no mundo ocidental como também em outros continentes, onde foram adaptadas às necessidades locais (Bethencourt, 2018, p. 501).

A concepção de raça, historicamente atribuída a características físicas imutáveis entre diferentes grupos humanos, teve suas origens nos estudos de Georges Cuvier no início do século XIX. Essa ideia foi posteriormente ampliada pelas teorias raciais do mesmo século, que buscavam estabelecer uma relação direta entre traços físicos e qualidades morais, numa tentativa de “naturalizar as diferenças”. Segundo Schwarcz (1993), foi no século XIX que a percepção das diferenças entre os seres humanos se transformou em um esforço teórico com aspirações globais, marcando o início de uma era onde as diferenças passaram a ser vistas como indicadores de qualidades morais inerentes, tendo como meta a sua intervenção na reprodução da população.

Contudo, essa perspectiva é contestada pela ciência contemporânea, que enfatiza a unidade da espécie humana e rejeita a validade biológica das categorias raciais, considerando-as um produto de contextos políticos e sociais específicos, mais do que uma realidade biológica objetiva. Como afirma Gonçalves (2018), o racismo é parte do processo por meio do qual o capitalismo tornou-se, e se mantém, classe dominante. E, não ironicamente, a discussão sobre “raça” sempre esteve ligada à discussão sobre a nacionalidade.

As discussões sobre raça devem levar em conta os determinantes históricos da raça. Em outras palavras, o próprio conceito de raça é determinado historicamente e pode ser considerado o produto de um determinado período histórico de desenvolvimento. Há dois sentidos em que a questão do racismo pode entrar em jogo aqui. O primeiro se encaixaria na argumentação de Colette Guillaumin ao ponderar uma definição ampla de racismo que incluiria a exclusão baseada não apenas em grupos étnicos, mas em razão de gênero, classe, preferência sexual e deficiência. A segunda postularia os próprios Surdos como construído de uma raça com base em traços herdados (Davis, 1995, tradução livre, grifo nosso).

De acordo com o autor acima, às teorias raciais surgiram simultaneamente ao período de expansão do imperialismo, sendo impossível conceber uma fundamentação para o imperialismo que não envolvesse uma teoria racial. O crescimento industrial que resultou, entre outras coisas, no aumento da imigração e o êxodo rural, acarretou problemas estruturais de caráter urbano que se apresentaram naquela nova configuração às expressões da “questão social”. Nesse contexto, a Inglaterra do século XIX foi palco para o surgimento da *eugenia*,

criada pelo inglês Francis Galton (1822-1911), em 1880. Esse conceito de origem grega que significa *bem-nascido* se direciona para o que ficou conhecido como “aperfeiçoamento da raça”. A eugenia surge nesse período como um movimento social e “científico”.

Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de “nascimentos desejáveis e controlados”; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e — talvez o mais importante — desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade (Schwarcz, 1993, p. 60).

Conforme destaca Cont (2008), a teoria eugênica baseia-se na importância decisiva da hereditariedade e na ideia de que cruzamentos selecionados poderiam levar ao desenvolvimento de uma raça humana superior. Aqui, é importante destacar que a busca por uma “raça pura” historicamente não veio somente com o advento nazista na Alemanha em 1930. Nesse ponto, a influência do movimento eugenista sobre os sujeitos surdos que antecede esse fato historicamente conhecido, não foi uma mera coincidência, se tratou de um projeto de extermínio e dominação.

[...] Traçando estratégias que levassem à regeneração da raça, foram propostas e colocadas em marcha ações diversas, como: a educação eugênica, a proibição de casamentos de pessoas que tivessem algum tipo de anormalidade e a prática das esterilizações compulsórias [...] as ações aplicadas variaram conforme a cultura, as características da população, a história do país e as políticas locais de uma região ou estado (Davis, 1995, p. 20, tradução livre, grifo nosso).

Essas características determinam a eugenia como o racismo que se disfarça de ciência. Para Davis (1995), o movimento eugenista foi concebido como um meio de corrigir o que era percebido como um declínio populacional na Inglaterra e nos Estados Unidos. Esse declínio era atribuído ao crescimento acelerado de uma população empobrecida correlacionada à chegada de imigrantes que eram considerados inferiores em termos de inteligência, força física e moralidade em comparação aos cidadãos nativos, aumentando exponencialmente o exército industrial de reserva/desemprego.

[...] o fantasma da profilaxia ou segregação (a necessidade de purificar o corpo social, de preservar a 'própria' ou 'nossa' identidade de todas as formas de mistura, cruzamento ou invasão) se articulam em torno de estigmas de alteridade (nome, cor da pele, práticas religiosas) (Balibar, 1991, p. 18 apud Davis, 1995, p. 7, tradução livre, grifo nosso).

As teorias raciais eugênicas foram utilizadas para justificar a inferiorização de certos grupos sociais, o que inclui as pessoas surdas, reforçando estigmas e preconceitos que

perpetuam a sua subalternização. Não foram somente esses aspectos que difundiram a discriminação e o racismo, visto que, temporalmente, elas já existiam, mas estas, a partir de critérios pseudocientíficos, tornaram-se um projeto político que previa a implantação de medidas excludentes e segregacionistas.

A relação do racismo e a eugenia com as pessoas surdas é uma crítica à forma como o capitalismo molda as noções de normalidade, capacidade intelectual e desejabilidade. Nesse sentido, é importante demarcar que o papel da eugenia recrudescia a perpetuação das desigualdades de classe, raça e gênero, visto que as políticas eugenistas historicamente favoreceram grupos sociais dominantes e marginalizam ainda mais as ditas “minorias”. Sob essa ótica, a luta contra a eugenia e o racismo não são apenas uma questão de direitos humanos, mas também uma luta contra um sistema que busca homogeneizar a população para servir melhor aos interesses do capital.

### 3 CAPÍTULO II - O IMPERIALISMO ESTADUNIDENSE E AS PESSOAS SURDAS: UMA ANÁLISE ACERCA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo tem como finalidade abordar a discussão da trajetória sócio-histórica das pessoas surdas, desde o contexto educacional e de saúde até as formas de resistência ao longo do tempo. Inicialmente, abordamos de forma sucinta a evolução da educação das pessoas surdas de 384–322 a.C até o século XIX, destacando a consubstancialidade entre as perspectivas étnico-raciais e eugênicas na formação das políticas públicas direcionadas a essas pessoas. Em seguida, é examinada a conformação da indústria telefônica e sua influência nos aparelhos auditivos, com ênfase no papel do imperialismo estadunidense nesse processo. Os conflitos de patentes entre Alexander Graham Bell e Antonio Meucci são discutidos, assim como o impacto da *Bell Telephone Company* na disseminação do telefone como meio de comunicação de massa que corroborou para o desenvolvimento dessas tecnologias auditivas.

No subitem 2.1, examinaremos as políticas e práticas educacionais e de saúde que permearam a história das pessoas surdas. Dessa maneira, é crucial entender que essas políticas não surgiram isoladamente, pois foram moldadas e influenciadas por fatores sociais, culturais, tecnológicos e econômicos, o que traz maior aprofundamento acerca da eugenia na particularidade das pessoas surdas, apontando seus determinantes. É aqui que a conexão com o subitem 2.2 se revela essencial. Ao desvelar a conformação da indústria telefônica e a indústria de aparelhos auditivos, podemos entender melhor como essas tecnologias não apenas refletiram, mas também influenciaram nas políticas voltadas para as pessoas surdas.

A ascensão da *Bell Telephone Company* e a comercialização dos primeiros aparelhos auditivos aprimorados não ocorreram em um vácuo. Coincidiram com debates colonialistas que versam sobre o papel da língua de sinais, as identidades surdas e as abordagens eugênicas na tentativa de extinguir uma comunidade étnica em comitância ao lucro da grande potência imperialista estadunidense.

#### **3.1 Interseções entre a educação e a saúde das pessoas surdas: uma discussão étnica**

No que se refere ao conjunto de discursos e práticas educacionais, iniciaremos os apontamentos no que se refere à idade antiga escrita há 476 d.C, com a influência do filósofo Aristóteles (384–322 a.C), que marca negativamente neste período a vida das pessoas surdas. Ele considerava-os como “surdo-mudo” e, até os dias atuais, existe essa assimilação.

Um dos principais legados da Antiguidade Clássica, contudo, é a concepção aristotélica que vincula a fala à estruturação do pensamento: a voz (phoné) como condição para a linguagem, e a linguagem (e o logos) como processo sine qua non para o homem realizar-se como animal político. (Silva; Campos, 2017, p.5). [Em] 355 a.C. O filósofo Aristóteles (384–322 a.C.) acreditava que quando não se falavam, consequentemente não possuíam linguagem e tampouco pensamento, dizia que: “... de todas as sensações, é a audição que contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento..., portanto, os nascidos surdo-mudo se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão”, ele achava absurdo a intenção de ensinar o surdo a falar (Strobel, 2010, p. 18 apud Duarte; Hardoim, 2015, p. 50).

Segundo Strobel (2009), na idade média 476–145, os surdos não recebiam tratamento digno e eram colocados em imensas fogueiras, eram vistos como sujeitos estranhos e objetos de curiosidade pela sociedade. Era proibido aos surdos receber a comunhão, pois eram considerados incapazes de confessar seus pecados. Além disso, decretos bíblicos impediam o casamento entre pessoas surdas, permitindo-o apenas para aqueles que obtivessem o favor do Papa. Havia também leis que proibiam os surdos de receber heranças, votar e exercer outros direitos civis.

O primeiro registro que temos de um surdo sendo ensinado a falar ocorreu em 700 d.C através de John Beverley, considerado o primeiro educador de surdos. Os primeiros relatos sobre a metodologia de ensino na educação de pessoas surdas surgiram na idade moderna 1453–1789, a partir da preocupação das famílias nobres de surdos em relação à herança dos títulos e bens, dali começaram a surgir iniciativas para ensinar os surdos a falar e a escrever, com o objetivo de levá-los a obter a língua oral e receber a titulação de cidadão.

O monge beneditino Pedro Ponce de Leon, na Espanha, cria a primeira escola de surdos em um monastério em Valladolid, para que membros surdos de ricas famílias, com o objetivo de instruí-los, tivessem direito a herança (Lopes; Abreu, 2017, p. 3).

Conforme destaca Lacerda (1998), nesse período, os educadores não compartilhavam os seus métodos, levando-os ao ensino realizado de forma secreta e de pouco acesso.

Sacks aponta que “já no século XVI, alguns surdos filhos de famílias nobres haviam sido ensinados a falar e a ler, [...], para que pudessem ser reconhecidos como pessoas pela lei [...] para que pudessem herdar os títulos e fortunas da família” (1998, p. 27). Portanto, demonstra-se a desigualdade de classes, naquela época, ainda caracterizada pela condição de acesso à riqueza material e espiritual socialmente produzida, visto que não havia um amplo serviço educacional disponível (Hora, 2020, p. 54).

A partir desse fato, é possível analisar a magnitude da luta de classes que evidencia aspectos os quais caracterizam as expressões da “Questão social” na particularidade Surda. Para Lacerda (1998):

A figura do preceptor era muito frequente em tal contexto educacional. Famílias nobres e influentes que tinham um filho surdo contratavam os serviços de professores/preceptores para que ele não ficasse privado da fala e consequentemente dos direitos legais, que eram subtraídos daqueles que não falavam (Lacerda, 1998, p. 2).

Ainda na idade moderna, o francês Charles Michel L'Épée (1712–1789) se destaca ao aprender a língua de sinais observando a comunicação de duas irmãs gêmeas surdas e pobres de Paris, reconhecendo que a comunicação corporal-visual é natural das crianças surdas e que poderia ser utilizada para ensiná-las a escrever. Então, desenvolveu um sistema de ensino baseado na língua de sinais com combinação à gramática francesa. L'Épée, em 1760, de forma filantrópica, lecionava em sua casa, tornando-se o fundador da primeira escola pública para surdos em Paris. Após a sua morte, em 1791, a escola foi assumida formalmente pelo Governo francês, tornando-se o *Institution Nationale des Sourds-Muets - Instituto Nacional dos Jovens Surdos de Paris (INJS)*, na capital francesa. Assim, Bernarab; Olivereira (2017, p.1) destaca que “os alunos podiam receber um ensino institucionalizado e estruturado, reconhecendo-os como cidadãos”.

Como alude Lulkin (2016), a produção acadêmica e os registros históricos, da segunda metade do século XVIII, evidenciam a França como o local de origem da educação institucionalizada e pública voltada para pessoas surdas no Ocidente. A partir daí, na Europa e nos Estados Unidos, fundam-se inúmeras escolas e as pessoas surdas passam a ter condições reais de educação, possibilitando o desenvolvimento de suas habilidades e competências profissionais, sendo inseridas mesmo que lentamente no mercado de trabalho.

Com o trabalho de Michel de l'Épée, reconhece-se a institucionalização da escola através de uma lei adotada nos dias 21 e 29 de julho de 1791, durante a Revolução Francesa que reconheceu aos surdos o estatuto de cidadãos e o direito a receber um ensino digno (Bernarab; Olivereira, 2007, p. 1).

Por outro lado, nesse mesmo período histórico, existia o alemão Samuel Heinicke (1729–1790), primeiro a desenvolver uma metodologia de ensino difundida como *oralismo puro alemão*<sup>4</sup> para as pessoas surdas em Leipzig, na Alemanha. Em 1778, fundou a primeira escola para surdos do país. Heinicke foi considerado historicamente como “Pai do Método Alemão”. A contraposição desses dois métodos (língua de sinais e oralismo), baseados na divergência político-ideológica, encontra-se em um campo de disputa na contemporaneidade.

---

<sup>4</sup> Concepção metodológica que defende a integração do surdo à sociedade por meio do treino intenso da fala, da leitura labial (oralização) e do treino auditivo. Para Mouteira (2018), acreditava-se que a pessoa surda só poderia aprender e se desenvolver intelectual e linguisticamente, através da língua oral.

Datado na idade contemporânea que marca o final do século XVIII até os dias atuais, Alexander Melville Bell (1819–1905), professor de pessoas surdas, era referência nos estudos eugênicos e deu continuidade aos estudos sobre o oralismo puro, criou um sistema de educação conhecido como “*Fala Visível*”<sup>5</sup>, além de desenvolver outros trabalhos envolvendo a oralização. Seu filho, Alexander Graham Bell (1847–1922), era fonoaudiólogo, físico e desempenhava outras funções como engenheiro e inventor. Treinado para seguir os passos do pai, estudava acústica e, em 1871, foi convidado para lecionar para pessoas surdas nos Estados Unidos, utilizando o método alemão. Nessa época, ele se tornou professor de fisiologia vocal na Universidade de Boston e se naturalizou estadunidense<sup>6</sup>.

Com esse processo, destacamos outra parte importante da sua biografia que é pouco citada nos textos acadêmicos, que aqui se faz necessário destacar visto que denota a contradição de gênero existente na particularidade das pessoas surdas em uma estrutura opressora. Como apontam Silva e Souza (2018),

[...] É importante lembrar que Bell, além de ser filho de uma mulher surda, casou-se com uma de suas estudantes, também surda, chamada Mabel Gardiner Hubbard (1857–1923), com a qual teve duas filhas. Bell empenhou-se na educação da esposa, valendo-se de uma didática que permitisse a ela eliminar todo e qualquer traço que desse visibilidade a sua surdez. Mabel correspondeu às expectativas de Bell, defendendo que a surdez poderia ser mascarada, quando em relação social com pessoas ouvintes, pela persistência no treino auditivo e articulatório, do que ela era o exemplo vivo. Sugeriu a convivência dos surdos estritamente com pessoas ouvintes, para que não tivessem um modelo do que seria ser surdo e para evitar o sentimento de uma espécie de identidade surda, o que os isolaria do grupo humano ouvinte (Silva; Souza, 2018, p. 185-186).

Hubbard, além de servir como modelo para os experimentos de Bell, também foi usada como um “exemplo” para as pessoas surdas, tendo em vista que ela foi a primeira a ser alfabetizada nos Estados Unidos da América (EUA) contribuindo para a disseminação de ideias e práticas eugênicas. Todavia, as consequências do avanço e divulgação das práticas pedagógicas com pessoas surdas realizados em Paris, no I Congresso Internacional de Educação para Surdos (COINES), em 1878, tinha como objetivo discutir a instrução educacional de surdos, no qual se fizeram debates a respeito das experiências dos educadores e suas impressões acerca do trabalho realizado até então. Nesse congresso, alguns grupos defendiam o uso da língua de sinais e, a partir disso, foi sendo reconhecida a sua importância para a socialização e

<sup>5</sup> Conforme Pimenta (2008), tratava-se de um sistema de desenhos que ilustrava a posição da língua, dos dentes e do céu da boca, essenciais para a pronúncia de determinados sons.

<sup>6</sup> Bell também tinha cidadania do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

comunicação. Esse direcionamento político propiciou grandes conquistas, como o direito de as pessoas surdas assinarem documentos.

Antes do século XVIII, havia até incipientes associações de surdos, mas não existia nenhuma política pública para as pessoas surdas e nenhuma instituição educacional. Com o grande aumento no número de escolas residenciais na Europa nessa época, as pessoas Surdas estavam conseguindo se reconhecer enquanto grupo étnico, aspecto determinante que os diferencia das pessoas com deficiência. Nesse sentido, Davis (1995) observa que:

[...] o Surdo pode ser definido como um grupo étnico ou uma nacionalidade. Se uma etnia é definida como um grupo culturalmente semelhante que compartilha uma língua comum, então os surdos se encaixam nessa categoria [...] O surdo pode ser pensado como uma população cuja habilidade diferenciada é o uso necessário de um sistema linguístico que não requer comunicação oral/aural. Dentro de uma nação, eles representam uma minoria linguística (Davis, 1995, p. 12, tradução livre, grifo nosso).

Nesses termos, é fundamental entendermos sua etnicidade a partir da língua e da verbalização, isso porque, conforme escreve Balibar e Wallerstein (1991, p. 104) "a produção de etnicidade é também a racialização da língua e a verbalização da raça". Tais premissas se revelam fundamentais, tendo em vista que:

[...] as pessoas são interpeladas como sujeitos pela língua, porque a própria língua é um conjunto de práticas sociais, a real diferença do Surdo é ter outro sistema linguístico. Esse sistema desafia a suposição da maioria sobre a função da língua, sobre a coerência da língua e da cultura. Consequentemente, os surdos são, de certa forma, racializados por meio do uso da língua de sinais como sistema de comunicação. Eles são vistos como um grupo fora da cidadania criado por uma comunidade de usuários de línguas, e portanto, guetizados como forasteiros (Davis, 1995, p. 12, tradução livre, grifo nosso).

Silva e Souza (2016) ressaltam que os estudos de Bell, em 1883, sobre a surdez e a complexidade de sua transmissão eram significativos, especialmente considerando o objetivo do Estado de unificar a nação americana através da implementação do inglês como única língua no seu processo de homogeneização. Para os autores, o avanço do uso da língua de sinais naquele período se constituiu como ameaça à nacionalidade estadunidense.

Bell (1883) defendeu a oralização também por questão de uma política de governo do Estado, ou seja, por uma preocupação nacionalista: em comunidade, os surdos poderiam constituir outra raça americana – a raça surda americana –, que teria outra língua e talvez outra escrita, que não o inglês. Seu receio não era sem propósito: com o expansionismo americano, populações e territórios latinos foram incorporados aos Estados Unidos da América (EU – sujeitos que polinizavam o solo americano com outras culturas e línguas. A não colonização desses povos e sua incorporação direta aos EUA poderiam colocar em risco o desenvolvimento da identidade do povo

estadunidense, baseada na língua inglesa e nas culturas anglo-saxãs (Bruce, 1990 apud Davis, 1995, p. 14, tradução livre, grifo nosso).

Bell (1883, p. 48 apud Davis, 1995, p.14, tradução livre, grifo nosso) destaca que “[...] aproximadamente um terço dos professores dos surdos e mudos da América são eles mesmos surdos, e isto deve ser considerado como mais um elemento favorável à formação de uma raça surda – deve ser, portanto, evitado”. O direcionamento político-ideológico de Bell evidencia o papel difundido por ele na propagação de práticas eugenistas. A sua participação na construção do movimento eugenista na particularidade da pessoa surda promoveu o controle de natalidade em muitos estados estadunidenses. No movimento eugenista, Bell ocupava cargos como:

[...] vice-presidente do Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, foi integrante do Conselho de Diretores Científicos inaugurado pelo Escritório de Registro Eugenista, em 1912; diretor do referido escritório nos anos de 1914–1916 e presidente honorário do Segundo Congresso Internacional de Eugenia em 1921 (Black, 2003 apud Silva; Souza, 2016, p. 19).

Lacerda (1998) ressalta que a popularidade do método alemão estava em ascensão, expandindo-se para a maior parte dos países europeus, o que refletia a crescente influência política da Alemanha no cenário mundial do século XVIII.

Como os Surdos foram construídos em um grupo, institucionalizados e regulamentados, eles se perceberam como tal grupo e agem como tal. As próprias estruturas que equivalem ao que Althusser identificou como aparato ideológico do Estado – instituições educacionais, associações, jornais, língua – e até mesmo **o desejo dos surdos de formar seu próprio Estado foram apontados pelo eugenista Alexander Graham Bell como motivos de alarme**. Ele previu o desenvolvimento desses aparatos ideológicos como algo que levaria à **“produção de uma raça defeituosa de seres humanos [que] seriam uma grande calamidade para o mundo”** (Bell, 1969, p.41). Temendo o surgimento de uma "variedade surda" de humanos e, portanto, procurando desencorajar o casamento entre surdos<sup>7</sup>, Bell propôs que as escolas residenciais fossem abolidas, a educação por meio da língua de sinais deveria ser proibida e os surdos deveriam ser proibidos de ensinar aos surdos." Esses passos lembram as medidas frequentemente implementadas pelas potências coloniais que buscavam desmantelar a cultura de um povo não-nacional ou indígena (Davis, 1995, p. 18, tradução livre, grifo nosso).

Baseado nesses estudos eugênicos, Bell argumentava que a pessoa surda, com professores ouvintes, aprenderia a falar e a escrever a língua do país – no caso dos Estados Unidos, o inglês – e a realizar leitura labial. Ele defendia o método alemão com o mesmo

---

<sup>7</sup> Bell escreveu o livro "Memoir upon the formation of deaf variety of the human race", publicado em 1831, no qual relaciona o aumento do número de pessoas surdas e o casamento entre si como um caráter potencialmente hereditário que precisava ser evitado.

argumento de outros eugenistas que destacavam a comunicação com os ouvintes mais fluida, contribuindo para a criação de vínculos afetivos e sociais entre eles.

Os Estados Unidos viviam uma tensão política grande, decorrente do fluxo migratório e dos povos anexados ao território americano, falantes do espanhol. A língua inglesa era o elo de uma cadeia a ser reforçado para a manutenção da identidade americana (Bruce, 1990 apud Silva; Souza, 2016, p. 32).

Com a conformação desse cenário tão determinante por fatores econômico, social e político-ideológico, em setembro de 1880, ocorreu o II Congresso Internacional de Educação para Surdos<sup>8</sup>, sediado na Itália, comumente conhecido como “Congresso de Milão”. Para Bernarab; Olivereira (2007), a escolha desse país foi feita diante de uma estratégia política, uma vez que o método oral era tido como predileto das escolas do reinado italiano.

Paris (1878) parece-nos ter sido ocasião de uma primeira organização em prol do método oral, mas que nas suas deliberações não atingiu de imediato este fim. Tornase um evento imprescindível para a compreensão de Milão (1880) também pelo fato de nele se definir a estratégia de reunião em congressos. Diante das deliberações, o grupo defensor da articulação, na pessoa de Abade Balestra, se servirá dessa ideia para antecipar o congresso internacional – que deveria ocorrer a cada três anos – para o ano de 1880 na cidade de Côme, na Itália (Machado; Rodrigues, 2022, p. 10).

A pauta do congresso, já orquestrada, consistia no rumo da educação para as pessoas surdas que, de um lado, encontrava-se a língua de sinais e, do outro, a oralização. Apesar deste espaço político ser sobre as tomadas de decisões que impactam diretamente todos os âmbitos da vida/existência das pessoas surdas, elas foram proibidas de votar. Ali haviam “254 inscritos, 156 delegados foram italianos, 66 eram franceses, 19 ingleses e norte americanos e 13 alemães, suíços, russos, suecos e noruegueses.” (Bernarab; Olivereira, 2007, p. 5).

Segundo Legent, o ensino para surdos na França era assumido nessa época por quatro estabelecimentos nacionais e por escolas particulares católicas. As escolas públicas para surdos estavam sujeitas à autoridade do Ministério do Interior francês que era favorável à corrente oralista. O representante francês no segundo congresso de Milão admitiu ter recebido do seu ministério umas diretivas para apoiar o movimento oralista. O apoio do Ministério francês ao oralismo segundo Legent, se deve a luta então formada contra o regionalismo lingüístico, contra todo dialeto até então usado na França do fim do século XIX pelo governo centralizador republicano. E a língua dos sinais era percebida pelas autoridades oficiais como um dos modos de expressão contestadores da unidade lingüística da nação (Bernarab; Olivereira, 2007, p. 5).

---

<sup>8</sup> Esses dois congressos não foram os únicos que trataram da educação das pessoas surdas no século XIX, outros serão evidenciados no decorrer do trabalho.

Collado (2016) descreve que, na França, onde a educação pela língua de sinais teve origem, havia um movimento político significativo devido ao estabelecimento de um Estado unitário centralista, o que fazia com que a existência de um grupo com língua e cultura próprias fosse vista como um risco. Nos EUA, Graham Bell promovia o audismo através do método alemão e, na Inglaterra, havia um movimento para difundi-la. Na Itália, em 1870, havia uma grande campanha que visava promover a alfabetização para alcançar a unidade linguística e a coesão territorial, já que o país era composto por vários estados sem um governo centralizador e com muitas línguas e dialetos, além da língua de sinais nas escolas de Surdos. Assim, a repressão ao uso da língua de sinais por Surdos já ocorria em grande escala antes do congresso, que acabou por legitimar oficialmente a oralização em detrimento da língua de sinais, e se constituiu como política institucional com ações legislativas, sendo aprovadas oito resoluções.<sup>9</sup>

1) O uso da língua falada, no ensino e educação dos surdos, deve preferir-se à língua gestual; (2) O uso da língua gestual em simultâneo com a língua oral, no ensino de surdos, afeta a fala, a leitura labial e a clareza dos conceitos, pelo que a língua articulada pura deve ser preferida; (3) Os governos devem tomar medidas para que todos os surdos recebam educação; (4) O método mais apropriado para os surdos se apropriarem da fala é o método intuitivo (primeiro a fala depois a escrita); a gramática deve ser ensinada através de exemplos práticos, com a maior clareza possível; devem ser facultados aos surdos livros com palavras e formas de linguagem conhecidas pelo surdo; (5) Os educadores de surdos, do método oralista, devem aplicar-se na elaboração de obras específicas desta matéria; (6) Os surdos, depois de terminado o seu ensino oralista, não esqueceram o conhecimento adquirido, devendo, por isso, usar a língua oral na conversação com pessoas falantes, já que a fala se desenvolve com a prática; (7) A idade mais favorável para admitir uma criança surda na escola é entre os 8-10 anos, sendo que a criança deve permanecer na escola um mínimo de 7-8 anos; nenhum educador de surdos deve ter mais de 10 alunos em simultâneo; (8) Com o objetivo de se implementar, com urgência, o método oralista, deviam ser reunidas as crianças surdas recém-admitidas nas escolas, onde deveriam ser instruídas através da fala; essas mesmas crianças deveriam estar separadas das crianças mais avançadas, que já haviam recebido educação gestual, a fim de que não fossem contaminadas; os alunos antigos também deveriam ser ensinados segundo este novo sistema oral (Carvalho, 2007, p. 66-68 apud Duarte, 2013, p. 1723-1724).

De acordo com Skliar (1998 apud Collado, 2016), não se pode acreditar que a origem dessas práticas se deve a esse determinado momento histórico. Embora o Congresso de Milão seja frequentemente citado como um evento decisivo, onde se propôs extinguir a língua de sinais, essa não foi a primeira vez que políticas e práticas semelhantes foram decididas.

No congresso, ocorreram diversas apresentações eugênicas direcionadas aos seus argumentos a práticas oralistas. Para Silva e Souza (2018, p. 194-195) “[...] a relação entre a oralização, a saúde física, mental e o desenvolvimento moral foi um argumento insistente em

---

<sup>9</sup> Somente 130 anos depois, em julho de 2010, no 21º Congresso Internacional de Educação de Surdos, sediado em Vancouver/Canadá, houve uma votação formal e as oito resoluções, finalmente, foram rejeitadas.

vários momentos do congresso, na defesa do método alemão (oral puro)”. O congresso resultou em um documento que detalha minuciosamente como foi esse momento.<sup>10</sup>

Ernest La Rochelle, enviado ao Congresso de Milão pelo Colégio Pereire, estabelecido na França, também elabora um relatório sobre o evento. Em quase 40 páginas, o autor retoma alguns debates de Milão e registra as deliberações. Eugène Pereire, tataraneto de Jacob Pereire, administrava um instituto de surdos em Paris que fazia uso do método articulatório e foi um dos organizadores do Congresso de Milão, inclusive patrocinando a viagem de uma delegação dos Irmãos de São Gabriel, grupo que também simpatizava com a proposta oralista. Nesse relatório, também não traduzido para o português, parece se evidenciar as reações de satisfação diante das decisões de Milão, apontando para o fato de que todo o conjunto do Congresso esteve orquestrado para a decisão em favor da oralização. A delegação dos Irmãos de São Gabriel também é identificada em outros relatórios, pois o posicionamento da delegação em favor do método oral puro denota a importância do financiamento da família Pereire nas decisões de Milão (Machado; Rodrigues, 2022, p. 15).

Maciel (1999) explica que o ideário eugênico resultaria em práticas sociais que se tornaram políticas públicas com o objetivo de “melhorar a raça” e “impedir a degeneração” dela. Dessa forma, a ideia de “pureza” do método alemão, ao fornecer bases pseudocientíficas para todos os âmbitos, acabou levando a alguns dos crimes mais bárbaros do século. Na área da saúde, Lulkin (2016) exemplifica como historicamente essas pessoas eram atingidas por práticas eugenistas no campo da medicina.

Dr. Blancher, que assume o posto médico da Instituição de Paris, investe na reeducação do ouvido por meio de uma emissão de sons em crescente intensidade e por uma excitação dos “nervos da sensibilidade geral”. Ao expor suas pesquisas no Tratado Filosófico e Médico da Surdez-mudez, em 1853, provoca violenta polêmica pela extravagância de seus métodos: abertura de crânio e colocação de perfurador, cortes de bisturi no ouvido médio, entre outros procedimentos empíricos (Lulkin, 2016, p. 36).

“[...] as crianças que forneciam material ‘de algum proveito para ciência’, ficavam cobertas de bolhas, inchaços e cicatrizes em volta da orelha.” (Grémion, 1991, p. 190 apud Lulkin, 2016, p. 36). No âmbito escolar, Lopes e Abreu (2017, p. 2) destacam ainda que “[...] as resoluções definidas em Milão levaram educadores a amarrar as mãos de surdos, para que não fizessem sinais, e forçasse, em muitos casos sem nenhum resultado positivo, o uso da língua oral, todo esse processo só trouxe traumas e desgastes”. Lulkin (2016) enfatiza ainda que foram retirados os vidros que existiam nas portas das salas de aula para impedir a comunicação.

---

<sup>10</sup> O INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos), publicou as atas de Milão em 2011, tornando possível o contato com o relatório de Kinsey sobre o evento, ele pode ser lido a partir de, ao menos, sete documentos, o que nos aponta para um corpus documental, contendo mais de 500 páginas que incluem as resoluções, no entanto, há apenas tradução em Italiano e Francês. Disponível em: <https://gaislandora.wrlc.org/islandora/object/rarebooks%3A86/datastream/PDF/view>. Acesso em: 24 jul. 2024.

Conforme pontuado por Baalbaki e Caldas (2011), para implementar rapidamente o método oralista, as crianças surdas recém-admitidas nas escolas deveriam ser reunidas e instruídas através da fala. Essas crianças deveriam ser separadas das mais avançadas, que já haviam recebido educação através da língua de sinais, para evitar a contaminação. Além disso, os alunos antigos também deveriam ser ensinados pelo novo sistema oral.

O que restou para as pessoas surdas nesse período pós-congresso foi ter sua sociabilidade à margem da clandestinidade<sup>11</sup>. Lulkin (2016) discorre como esse posicionamento ideológico atingiu outras áreas do conhecimento, como o caso da filosofia sensualista que defendia uma evolução da língua e da razão as quais conduzem os sentidos à abstração, considerando que o corpo está na base e a mente no topo, direcionando a pessoa surda à inferioridade na língua, na inteligência e no pensamento. Bem como a ciência biomédica, com diversas intervenções relacionadas ao corpo e à higiene, apontando uma necessidade de “corrigir”.

Essas definições só serviram para marginalizar ainda mais o surdo, lhes foram impostas metodologias oralistas com atitudes muito questionáveis, como o uso de infinitas repetições fonéticas para o treino vocal, para aqueles que não conseguiam falar mesmo com a insistência de professores e familiares, só restava o convívio com amigos surdos que escondidos utilizavam a língua de sinais (Lopes; Abreu, 2017, p. 8).

O século XIX foi instituído por uma visão daquilo que seria considerado um corpo saudável e produtivo, em uma perspectiva biologizante. Nesse período, várias dessas práticas tiveram respaldo em âmbitos como a medicina, filosofia, fonoaudiologia, antropologia, psicologia, serviço social, pedagogia, a igreja, os meios de comunicação, entre outros. Tal visão é enunciada por Foucault (2006, p. 80 apud Baalbaki; Caldas, 2011, p. 1887-1889):

O capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu na sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica [...] No sistema capitalista, esse controle dos corpos está associado ao “corpo enquanto força de produção, força de trabalho”.

No âmbito educacional, a sua grade curricular circundava a “sanidade normalizadora” em que a moralidade era integrada e só permitia ser realizada por professores ouvintes, cujo

---

<sup>11</sup> Indico o filme “*E seu nome é Jonas*” que faz alusão a esse período. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pc8mMODHRB4>. Acesso em: 25 jul. 2024.

objetivo era retirar de circulação a língua de sinais, as suas produções acadêmicas e culturais, além do convívio com professores Surdos.

Para Lunardi (2004), com a institucionalização da escola obrigatória, dois tipos de infância “perigosa” são constituídos: a infância delinquente e a infância anormal. Ambas as infâncias foram assumidas por uma “pedagogia corretiva” (SKLIAR, 2010), sejam os primeiros em instituições de correção, sejam os segundos em institutos especializados. O Estado Moderno, assim como suas práticas, foi constituído a partir de uma visão legitimadora da ciência. Logo, a reabilitação e a pretensa cura da “anormalidade” deveriam ocorrer em confinamento, sendo que a diferença de classes não se apagava. Por exemplo, os filhos surdos de famílias abastadas não permaneciam nos institutos especializados em regime de internato. A esses surdos era facultado o regime aberto. Averiguamos que a diferença de classes, no sistema capitalista, sobrepõe-se até mesmo a determinadas construções sobre “anormalidade” (Baalbaki; Caldas, 2011, p. 1889).

Esses fatos evidenciam mais raízes históricas na particularidade das pessoas surdas, em que marca o processo de colonização desses sujeitos no controle dos seus corpos e na retirada da sua língua nativa, que se traduz como uma das estratégias dominantes na tentativa de apagamento desse grupo étnico. Não ironicamente, Silva e Souza (2018) apontam que a busca pela oralização das pessoas surdas, defendida por Bell e pelos congressistas de Milão, visava reduzir a ocorrência de casamentos entre surdos como uma estratégia de controle de natalidade.

O controle da população pelo Estado, o que engloba o processo de formação das subjetividades adaptadas ao capitalismo, depende de um planejamento territorial que permita o controle e a vigilância da população. O controle da natalidade, a definição dos critérios de entrada e permanência no território consoante elementos de nacionalidade determinados pelo direito, à criação de guetos ou de reservas para certos grupos sociais – também definidos, direta ou indiretamente, segundo padrões étnicos, culturais ou religiosos – e o estabelecimento de condições jurídicas para o reconhecimento de territórios ou de propriedades coletivas segundo a identidade de grupo (quilombolas, indígenas, [Surdos] etc.), demonstram à exaustão como a nacionalidade e a dominação capitalista se apoiam em uma construção espaço-identitária que pode ser vista na classificação racial, étnica, religiosa e sexual de indivíduos como estratégia de poder (Almeida, 2019, p. 62-63).

De modo consubstancial, o subitem a seguir aborda a forma como o imperialismo estadunidense se apresenta através do surgimento do telefone e a conformação da indústria de telecomunicação e aparelhos auditivos. Tais correlações se fazem necessárias ao vincular o seu impacto no desenvolvimento de políticas públicas para as pessoas surdas em consonância com a proibição do uso da língua de sinais.

### 3.2 Conformação da indústria telefônica e os aparelhos auditivos: entre opressões e resistências

Em 1876, antes do II Congresso referido no subitem anterior, Bell ficou conhecido como o inventor do telefone, sendo concedida a patente 174.465, que lhe garantia a propriedade tanto dos instrumentos telefônicos quanto do sistema de telefonia. Porém, nessa época, ocorreram diversas disputas pela patente e alguns nomes surgiram, entre eles, Antonio Santi Giuseppe Meucci (1808–1889), italiano, formado em engenharia química e industrial, que contestou esse reconhecimento, alegando que o projeto era de sua criação.

É imprescindível apontar alguns fatos sobre a trajetória de Meucci. Em 1849, enquanto morava em Havana–Cuba, ele desenvolvia técnicas para combater enfermidades, estudando os efeitos da descarga elétrica no corpo humano. Essa pesquisa possibilitou a criação de um aparelho que transmitia voz através de sons via cabos telegráficos. Assim, iniciou seu projeto de criação do telefone eletromagnético, conhecido como *telettrofono*. Percebendo a grandiosidade da descoberta, em 1854, ele se mudou para os EUA com a intenção de desenvolver melhor essa tecnologia. Nessa época, Meucci aprimorou o telefone. O sistema permitia a comunicação entre os cômodos da casa e amplificava o som eletronicamente, usando um microfone de carbono e uma bateria. Sua esposa, Ester Mochi, foi a inspiração para esse projeto devido à sua capacidade de locomoção limitada pelo reumatismo.

Em 1861, o jornal “L’Eco d’Italia”, publicado por italianos em Nova York, relatou a primeira experiência de Meucci em Cuba, descrevendo seu aparelho. Em 1871, cinco anos antes de Bell conseguir a patente, Meucci já havia registrado sua intenção de registra-lo. No entanto, devido à sua insuficiência financeira, ele conseguiu apenas uma espécie de “patente provisória”. Nesse período, ele enviou o modelo com detalhes técnicos para a empresa de telégrafos Western Union e ela não demonstrou interesse. Posteriormente, em 1874, Meucci exigiu a devolução de seu projeto, mas a empresa alegou que o material havia sido perdido.

Dois anos mais tarde, Graham Bell, que havia dividido um laboratório com Meucci, registrou a patente do telefone e fez um negócio lucrativo com a Western Union. Meucci processou Bell, e estava próximo da vitória – a Suprema Corte acolheu o caso e iniciaram-se as acusações por fraude – mas Meucci faleceu em 1889. E o processo, junto com ele (Kaminski, 2002, n.p.).

Aqui, é imprescindível destacar que apenas 130 anos depois ocorreu o reconhecimento de Meucci como verdadeiro inventor, através da resolução n° 269, em junho de 2002.

[...] Considerando que Meucci foi incapaz de levantar fundos suficientes para ele próprio registrar a patente de sua invenção, tendo que se contentar com uma intenção de patente, requerida pela primeira vez em 28 de dezembro de 1871, e que deveria ser renovada anualmente. Considerando que Meucci depois ficou sabendo que o laboratório filiado à Western Union relatou a perda dos seus protótipos, e Meucci, que àquela altura já vivia com auxílio de assistência social, foi incapaz de renovar a intenção de patente depois de 1874; Considerando que em março de 1876 Alexander Graham Bell, que realizava experiências no mesmo laboratório onde os materiais de Meucci estavam armazenados, conseguiu a patente e posteriormente o crédito por haver inventado o telefone; Considerando que em 13 de janeiro de 1887 o Governo dos Estados Unidos solicitou a anulação da patente concedida a Bell por fraude e falsa declaração, uma causa que a Suprema Corte julgou procedente e passível de julgamento; Considerando que Meucci faleceu em outubro de 1889, a patente de Bell expirou em 1983, e a causa foi suspensa sem nunca ter sido atingida a questão subjacente do verdadeiro inventor do telefone com direito à patente; e Considerando que, se Meucci tivesse sido capaz de pagar a taxa de US\$ 10 para manter a intenção de patente depois de 1874, nenhuma patente poderia ter sido concedida a Bell: agora, por conseguinte, fica aqui Decidido que é do entendimento desta Câmara dos Deputados que deve-se dar apreço à vida e às realizações de Antonio Meucci, e seu trabalho para a invenção do telefone deve ser reconhecido (EUA, 2002, p. 13).

Acerca do vasto lucro concedido a Bell e sua família, em 1882, quando estava em posse da patente, o suporte financeiro do seu sogro, Gardiner Greene Hubbard, permitiu a criação da *Bell Telephone Company*, empresa considerada protagonista no que se refere aos primeiros passos da implantação do telefone como meio de comunicação de massas à escala internacional, constituindo as bases de sua exploração comercial. No mesmo ano, comprou a *Western Electric*, companhia de telégrafo dos Estados Unidos.

Sobre isso podemos pensar o telefone já que o mesmo foi uma inovação que acabou por erradicar seu antecessor, o telégrafo, por ser mais eficiente. Dos usos do telefone e dos benefícios que o controle do acesso ao mesmo surge a Bell Company. Amparada em uma estrutura que seria praticamente impossível para algum concorrente acompanhar (Silva, 2015, p. 75).

Desse modo, em 1884, é formada a *American Telephone and Telegraph Company - AT&T*, como uma subsidiária da *Bell Company*. O seu objetivo foi construir e operar a rede telefônica de longa distância, tornando-se a maior companhia telefônica do mundo, consolidada como o primeiro monopólio de telecomunicações. De acordo com Lemos; Paulino & Lima (2023) a Bell Company era voltada para pessoas muito ricas da Costa Leste dos Estados Unidos e não havia a pretensão de torna-lo um serviço de utilidade pública e de acesso universal.

Consoante a Calabrese (2008), durante esse período em que a AT&T dominava o mercado nacional, a empresa controlava todos os aspectos dos serviços de telecomunicações, desde a transmissão até a fabricação dos equipamentos desenvolvidos nos seus laboratórios de inovação.

Era a criação de uma companhia central que deveria ligar todas as companhias locais entre si, e ela mesma possuir e operar os meios pelos quais essas companhias são unidas. Essa companhia central iria lidar com os problemas nacionais, possuir todos os telefones e linhas de longa distância, proteger todas as patentes, e ser o quartel general da invenção, da informação, do capital e da proteção legal para toda a federação de companhias Bel (Casson, 1922, p. 173-174 apud Laender, 2009, p. 89-90).

Conhecido como *Bell Labs*, os laboratórios criados manejaram um dos custos mais elevados no mundo da investigação tecnológica e subsidiaram o aperfeiçoamento do telefone e o desenvolvimento de outras tecnologias, como o transistor, o laser, a fibra óptica, a tecnologia DSL, a telefonia móvel, os satélites de comunicações, a célula solar de silício, o sistema operativo Unix e a linguagem de programação C. Colocando a concorrência em outro patamar, Silva (2015) aponta que, no início do século XX, a telefonia se tornou um mercado bastante lucrativo e caro de estruturar, resultando em um monopólio nas mãos da *Western Electric*<sup>12</sup>.

Esses novos ramos de produção inseridos no sistema capitalista e que estão centrados nos EUA neste período, correspondem a uma nova fase da revolução industrial, apresentando a tecnologia da informação como um exemplo que constitui a terceira fase<sup>13</sup>. Esses produtos foram financiados para fins bélicos e passaram a dar uma nova dinamização no polo financeiro homogeneizando a dinâmica do capital internacional.

Em sua condição monopolista, a *AT&T* conseguia equilibrar suas tarifas entre diferentes tipos de clientes e regiões, utilizando um sistema de subsídios cruzados que permitia cobrar taxas médias que não refletiam necessariamente os custos reais de prestação de serviços a indivíduos ou grupos específicos.

A indústria eletrônica, a de computadores pessoais, a de equipamentos de telecomunicação, tinham se difundido mundialmente exercendo uma extraordinária demanda pela tecnologia moderna. As inovações nesses setores originariamente liderados por objetivos militares adquiriram autonomia na medida em que a indústria adquiria maturidade. Adaptar para fins militares as inovações obtidas num mercado muito mais vasto e canalizar esforços de pesquisa de laboratórios industriais muito mais ricos para uma tecnologia de uso dual (civil e militar) constituía as novas prioridades dos militares (Medeiros, 2004, p. 19).

Calabrese (2008) destaca que apesar de ter tido tentativas de regulamentar e assegurar que o serviço de telefonia beneficiasse a sociedade, garantindo acessibilidade e qualidade, essas acomodações não impediram a característica central da política estadunidense em relação à

---

<sup>12</sup> “Essa estrutura de empresas de telefonia de pequena e longa distância, integradas por meio do monopólio da exploração das redes, da produção de equipamentos – *Western Electric* – e da pesquisa e desenvolvimento – *Bell Laboratories* – perdurou até o desmembramento da *AT&T*, em 1984” (Lemos; Paulino; Lima, 2023, p. 138).

<sup>13</sup> Para fazer um resgate sobre a etapa anterior, voltar ao cap. I, subitem 2.1.

mídia. A indústria telefônica dos EUA, cresceu sob justificativa que funcionaria melhor e seria mais eficaz se fosse de propriedade e operada por particulares.

Amparada em uma estrutura que seria praticamente impossível para algum concorrente acompanhar, a Bell, futura American Telephone and Telegraph Company ou AT&T, se distingue de qualquer outro império de comunicação nos Estados Unidos por obter um monopólio. Isso aconteceu porque seu presidente, Theodore Vail (1845-1920) se aliou ao governo estadunidense para fazer da Bell algo com aspectos de utilidade pública e para isso pediu para que sua companhia fosse regulamentada concordando em operar segundo as taxas estabelecidas pelo governo. Isso faz com que a Bell se diferencie de outros impérios da comunicação por possuir um monopólio com a concordância do governo a partir da justificativa de que tal monopólio serviria para desenvolver a telefonia em todo os Estados Unidos (Silva, 2015, p. 75).

Conforme elucidado por Silva (2015), a AT&T mantinha um controle tanto do mercado consumidor quanto do modelo de produção e as tendências à concentração e centralização do capital, moldando o imperialismo estadunidense na conformação da indústria de telecomunicações. Calabrese (2008) argumenta que é absurdo atribuir a vasta riqueza das indústrias de mídia dos EUA a um processo histórico sem intervenção governamental significativa. Ele destaca que os mercados são produtos de construção humana e que os mercados de mídia dos EUA não surgiram espontaneamente, mas, sim, através de medidas autoritárias do governo federal, que priorizou os direitos de propriedade intelectual e infraestrutural<sup>14</sup>. Nesse movimento, o banco passou a possuir novos papéis estabelecidos entre os grandes monopólios industriais e comerciais, e se complementaram pela união pessoal de ambas com o governo.

De acordo com Jürgen Habermas, um dos imperativos-chave para a legitimação das instituições capitalistas avançadas é a sua despolitização, realizada por meio de tentativas de estabelecer sua condição de “estado natural”. De forma semelhante, Claus Offe (1975) faz notar a necessidade de que o Estado intervenha em benefício do capital, ao mesmo tempo que simultaneamente esconda e negue o fato de que está fazendo isso (Calabrese, 2008, p. 28-29).

Dessa forma, de acordo com o autor acima, o governo seguiu fielmente o primeiro princípio do liberalismo clássico, ilustrando os princípios do século XX, referentes ao *Welfare State* (Estado de Bem-Estar social) nos meios de comunicação, onde seu principal objetivo era facilitar o fluxo sem que houvesse obstáculos, ao mesmo passo que garantia legitimidade ao processo acumulando capital em nome do “interesse público”.

---

<sup>14</sup> O governo federal começou a intervir mais diretamente na regulamentação da telefonia no início do século XX, com a Lei de Comunicações de 1934, que estabeleceu a *Federal Communications Commission (FCC)* e passou a regulamentar de maneira mais abrangente a telefonia e outras formas de comunicação.

Nessa dinâmica temporal do surgimento do monopólio das telecomunicações, utilizando as mesmas matérias-primas do telefone, ocorreu o aprimoramento dos aparelhos auditivos. Em 1886, encontramos a figura de Thomas Alva Edison, conhecido como o responsável por esse melhoramento, carregando em seu nome a marca dessa inovação do século XVIII. Nesse contexto, surgem outras expressões da questão Surda relacionadas a esses aparelhos como instrumentos de prática política. Ao passo que eles surgiram com o discurso hegemônico de “avanço” e “reabilitação”, houve a tentativa de “normalizar” as pessoas Surdas e erradicar a língua.

O protagonismo do movimento surdo no século XVIII foi determinante para o enfrentamento dessas expressões. Fernandes (2011 apud Collado, 2016), destaca que as lideranças Surdas articularam o movimento com o objetivo de fazer denúncias as opressões difundidas historicamente, colocando as suas pautas dentro do conjunto mais amplo da classe trabalhadora. Em um contexto de resistência às práticas dominantes e às concepções eugênicas que os relacionam ao sentido incapacitante e inferior, as pessoas Surdas já levantavam como uma das principais bandeiras o uso da sua língua nativa (língua de sinais).

O movimento social refutou as orientações do Congresso de Milão ao longo dos anos, atuando à margem de sua extinção. O artigo intitulado “*Congresso de Paris (1900): a seção de surdos e sua atualidade em relação à educação de surdos*” trata do hiato entre 1880 e 1900, em que ocorreram cinco congressos que marcam a resistência do povo surdo. Infelizmente, esses eventos possuem pouca visibilidade e os militantes desta época são completamente desconhecidos no nosso contexto acadêmico brasileiro.

Para Fernandes (2011 apud Collado, 2016), fatores políticos e científicos contribuíram para essa organização durante esses períodos. Entre os fatores políticos, a autora explica que esse foi um momento histórico em que grupos minoritários, insatisfeitos no contexto pós-Segunda Guerra Mundial e pós-Guerra do Vietnã, denunciavam a discriminação e reivindicavam o reconhecimento legal de suas diferenças. No campo científico, desde o início dos anos 1900, intensificaram-se os estudos sobre as línguas de diferentes povos, incluindo a língua de sinais, área na qual o linguista William Stokoe, professor do Colégio Gallaudet, é amplamente reconhecido como pioneiro.

Acerca do discurso pautado pelo movimento, Hora (2020) destaca que a questão Surda não deve ser vista apenas como uma luta individual, mas, sim, enfrentada de forma coletiva. Esse ponto é relevante porque destaca uma expressão crucial da luta de classes, incluindo a luta dos Surdos, como uma dimensão essencial da manifestação da “Questão Social”. A autora argumenta que a excessiva judicialização das relações sociais não resolverá o problema, ou seja,

tentar resolver a “Questão Social” por meio de leis e processos judiciais é ineficaz e insuficiente. Sendo assim, ela destaca a importância da luta por reformas – mesmo que de modo paliativo, para que atendam às necessidades emergentes e imediatas, sem perder de vista os limites impostos pela ordem burguesa. Portanto, as pautas reivindicatórias das pessoas Surdas são cruciais para o fortalecimento da comunidade.

A modificação de “deficiente auditivo” para “surdo”, em 1960, é um exemplo do que se constitui como resultado do enfrentamento histórico desse povo. Segundo Hora (2020), Ladd argumenta que a Comunidade Surda resistiu ao colonialismo e deve continuar rejeitando a ideia de deficiência, buscando se afirmar como uma minoria linguística. Dessa forma, a comunidade pode ser reconhecida de maneira semelhante a outros grupos culturalmente diversos, como os indígenas e os negros. Essa posição emerge em um contexto no qual se faz necessário resistir à expansão capitalista e, respectivamente, torna-se parte integrante de um direcionamento anti-imperialista.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final do século XVIII e ao longo do século XIX, a interseção entre o imperialismo estadunidense – representado pela conformação da primeira indústria de telecomunicações –, o avanço tecnológico dos aparelhos auditivos e a construção da identidade nacional moldou profundamente a percepção e o tratamento das pessoas surdas. Nesse contexto, resgatar brevemente categorias de análise como nação, nacionalismo, raça, racismo e eugenia torna-se imprescindível para compreender como esses aspectos se relacionam ao estudo da surdez.

A ascensão do imperialismo estadunidense no campo das telecomunicações, aliada às teorias e práticas eugênicas, criou um ambiente favorável à imposição de normas e valores alinhados ao acúmulo de riquezas. Nesse cenário, as pessoas surdas passaram a ser vistas como indivíduos com uma condição médica e são alvos de políticas de controle e assimilação. O financiamento do método puro alemão, que defendia a supremacia da língua oral, atacava o método francês, que reconhecia a língua de sinais como língua materna das pessoas Surdas. A proibição da língua de sinais, especialmente após o Congresso de Milão de 1880, exemplifica como o audismo se alinha aos processos coloniais.

A adoção do método alemão como política assimilacionista reflete o desejo de homogeneizar e controlar o povo Surdo, negando sua identidade e legitimidade em formas de expressão que não se ajustam aos padrões dominantes – uma dinâmica similar à enfrentada por indígenas, quilombolas, ciganos e outros grupos marginalizados. Narrativas hegemônicas, por exemplo, destacam Alexander Graham Bell como o inventor do telefone e alimentam a ideia de que os EUA tiveram a primeira experiência com o aparelho. No entanto, foi Antonio Meucci, um inventor italiano, quem concebeu o projeto, tendo realizado a primeira experiência com o telefone em Cuba antes de aprimorá-lo.

Embora este trabalho apresente um breve panorama histórico, cobrindo o período da Antiguidade (4000 a.C. – 476 d.C.) até os dias atuais, é possível observar que as políticas imperialistas estadunidenses continuam a influenciar práticas contemporâneas. Durante esse período, um discurso biologizante consolidou a audição como fator determinante na concepção hegemônica, impondo a ideia de "ausência" e "reabilitação" como condições a serem corrigidas ou eliminadas.

A ascensão da AT&T como monopólio das telecomunicações entre o final do século XIX e início do século XX foi crucial nesse processo. Por meio do laboratório Bell, a empresa não apenas controlava a fabricação e distribuição de equipamentos, mas também definia padrões tecnológicos e comerciais. Esse monopólio subsidiou o aperfeiçoamento do telefone,

o desenvolvimento de aparelhos auditivos e a criação de implantes cocleares, moldando a direção e os usos dessas inovações tecnológicas.

Esses fatores evidenciam como as necessidades das pessoas surdas foram – e ainda são – subordinadas a um modelo tecnológico pautado por padrões normativos altamente lucrativos. Essa dinâmica ilustra como práticas eugênicas institucionalizadas moldaram políticas públicas, consolidando visões excludentes desse grupo étnico em áreas como saúde e educação, e integrando-as a outras políticas sociais. As causalidades históricas apresentadas demonstram a raiz imperialista das telecomunicações estadunidenses e sua relação com a questão surda, representando um retrocesso de mais de um século que limitou os avanços científicos e o pleno desenvolvimento desse grupo. Esse impacto se estende até os dias atuais, agora mediado por novas tecnologias e novas expressões da questão Surda.

O audismo, ao qual as pessoas surdas foram – e continuam sendo – submetidas, fomentou a criação de um movimento de resistência dentro do contexto mais amplo da classe trabalhadora. Essa resistência é um marco na construção da coletividade surda, refletindo a luta contínua contra a colonização e em favor da valorização de sua língua nativa e do respeito à sua cosmovisão. Ao ocupar espaços políticos diversos, esse movimento reafirma a identidade surda e reivindica direitos, mesmo dentro de uma estrutura que historicamente tentou – e ainda tenta – apagar essas pessoas como sujeitos étnicos.

Portanto, a efetivação da justiça social exige uma nova perspectiva de sociabilidade, como a promovida pelo modo de produção socialista. Diante da escassez de materiais bibliográficos traduzidos para o português, concluo este trabalho com novas inquietações. Considerando que o tema ainda é pouco explorado, é fundamental fomentar pesquisas no contexto acadêmico brasileiro para aprofundar o debate.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Polén, p. 61-67, 2019. Disponível em: [https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo\\_estrutural\\_feminismos\\_-\\_silvio\\_luiz\\_de\\_almeida.pdf](https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf) Acesso em: 22 mar 2024.
- AZEVEDO, E. E. B.; AQUINO, J. E. F.; HORA, M. M. **Questão Surda**: Compreendendo o audismo como expressão da questão social. Brasília, DF: Temporalis, n. 42, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p188-205>. Acesso em: 22 dez. 2023
- BAALBAKI, A.; CALDAS, B. Impacto do Congresso de Milão sobre a língua dos sinais. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 5., Rio de Janeiro, RJ: **Anais [...]**, 2011, p. 1885-1895. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xv\\_cnlf/tomo\\_2/156.pdf](http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_2/156.pdf). Acesso em: 20 ago. 2024.
- BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I. **Race, Nation, Class: Ambiguous Identities**. London-New York: Verso, 1991.
- BERNARB, L.; OLIVEREIRA, C. S. Estudo da língua brasileira dos sinais e da língua dos sinais francesa através da sua formação e da influência do segundo congresso internacional de milão na educação dos surdos. In: CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 4. Londrina, PR: UEL, **Anais [...]**. 2007. Disponível em: <http://www.psiquiatriainfantil.com.br/congressos/uel2007/080.htm#>. Acessado em: 21 mar. 2024.
- BETHENCOURT, F. **Racismos: das Cruzadas ao século XX**. Tradução: Luís Oliveira Santos, João Quina Edições. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- CALABRESE, A. A letra da lei: as telecomunicações e a pessoa corporativa. **Revista ECO-PÓS**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 25-51. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/999](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/999) Acesso em: 10 ago. 2024.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Câmara Dos Deputados Do Congresso Americano. Título, 2002. Disponível em: [BILLS-107hres269eh.pdf \(congress.gov\)](https://www.congress.gov/bills/107/hres/269/eh/pdf) Acesso em: 10 ago. 2024.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DOS PARTIDOS MARXISTA-LENINISTAS. **O que é o marxismo-leninismo?** 2011. Disponível em: <https://averdade.org.br/2011/09/o-que-e-o-marxismo-leninismo/>. Acesso em: 05 mar. 2024.
- COLLADO, M. L. S. **A participação política do surdo**: há poder em suas mãos. 127f. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1561/2/Maria%20Laide%20Dos%20Santos%20Collado.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.
- CONT, V. D. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiæ Zudia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-18, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11129/12897>. Acesso em: 12 ago. 2024.

DAVIS, L. J. **Enforcing Normalcy: Disability, Deafness, and the Body**. Tradução livre, 1995.

DUARTE, S. B. R. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. **História, Ciências, Saúde**: Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1713-1734, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/OkzPkkNgwTzG69wJKDzN66p/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jul. 2024

DUARTE, A. S.; HARDOIM, E. L. Signo Ideológico: O Surdo de Aristóteles ao visual da contemporaneidade. **Revista Diálogos**, Cuiabá, v. 3, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://periodicos.cientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/download/3369/2366/10280&ved=2ahUKewjXup7rpqSIAxXUUhJUCHQnYEFfEQFnoECBUQAQ&usg=AOvVaw1cdzP0HYt2vvEtuOGymOdV>. Acesso em: 05 dez. 2023

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ESCORSIM NETTO, L. **O Conservadorismo Clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 4. ed., 2002. Disponível em:

[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf). Acesso em 05.01.24.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, SC, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxRRWwjtFN/?format=html>. Acesso em: 20 mar. 2022

HORA, M. M. **Pessoas Surdas e Judiciário**: (In)acessibilidade e direitos linguísticos no TJPE e TJCE. 159f. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Universidade Federal de Fortaleza, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://www.uece.br/mass/pesquisa/dissertacoes/dissertacoes-2020/>. Acesso em: 20 dez 2023

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. *In*: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, n. 3, p. 9-31, 2001. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social-201804131245276705850.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf). Acesso em: 17 mar 2024.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 10 ed., São Paulo: Cortez, 2006.

JAGUARIBE, H. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Brasília: Funag, 2013. p. 380. Disponível em: [https://funag.gov.br/biblioteca/download/1067-O\\_Nacionalismo\\_na\\_Atualidade\\_Brasileira.pdf](https://funag.gov.br/biblioteca/download/1067-O_Nacionalismo_na_Atualidade_Brasileira.pdf) Acesso em: 11 ago. 2024.

KAMINSKI, O. **Injustiça reparada: Graham Bell não foi o inventor do telefone**. Aracaju: Consultor Jurídico, 2002. Disponível em: [https://www.conjur.com.br/2002-jun-20/antonio\\_meucci\\_verdadeiro\\_inventor\\_telefone](https://www.conjur.com.br/2002-jun-20/antonio_meucci_verdadeiro_inventor_telefone). Acesso em: 11 ago. 2024.

LACERDA, C. B. F. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 46, p. 68–80, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/wWScZsyPfR68rsh4FkNNKyr/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

LEMOS, A. B.; PAULINO, F. O.; LIMA, M. F. U. M. AT&T: do monopólio privado à concorrência com serviços de streaming e os desafios da regulação. **Rev. Eptic**. São Cristóvão, v. 25, n. 3, 2023. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/eptic/article/view/19209/15491>. Acesso em: 27 jul. 2024

LÊNIN, V. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LÊNIN, V. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LOPES, A. C. A. C.; ABREU, S. E. A. O Congresso de Milão (1880) como marco histórico cultural na educação de surdos no Brasil. **Revista de Educação, Ciência e Inovação**, Goiás, v. 2, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwilxsapkPqEAXWIrpuCHR4cC0EQFnoECBoQAAQ&url=https%3A%2F%2Fana.is.unievangelica.edu.br%2Findex.php%2Fpedagogia%2Farticle%2Fdownload%2F4469%2F2717%2F6229&usq=A0vVaw0QGrOd4wAuVhMvpeRoTYyx&opi=89978449>. Acesso em: 01 mar. 2024.

LULKIN, S. A. **O discurso moderno na educação dos surdos: práticas de controle do corpo e a expressão cultural amordaçada**. 8º ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2016.

LAENDER, G. B. A separação de poderes e o processo de institucionalização das agências reguladoras de telecomunicações nos EUA e no Brasil. 2009. 277 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: [http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/4072/1/2009\\_GabrielBoavistaLaender.pdf](http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/4072/1/2009_GabrielBoavistaLaender.pdf)

MACHADO, L. M. C. V.; RODRIGUES, J. R. Olhar novamente para o Congresso Internacional de Educação para Surdos em Milão (1880): um desafio historiográfico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Vitória, ES, v. 22, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/k8sQykZnrVFXvtZPfsWk3Dy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2024.

MACIEL, M. A eugenia no Brasil. **Anos 90: Revista do Programa e Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, v. 7, n. 11, 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6545> Acesso em: 21 jan. 2024.

MARX, K. **O capital**. v. 1. São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDEIROS, C. A. O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. *In: FIORI, J. L. O poder americano*. Petrópolis: Vozes, p. 225-252, 2004. Disponível em: <https://franklinserrano.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/05/medeiros-2004-o-desenvolvimento-tecnologico-americano-no-pc3b3s-guerra.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2024.

MEIRELLES, G. Á. L. A “questão social” contemporânea e o Serviço Social Brasileiro. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHOS E POLÍTICAS SOCIAIS, 2., 2017, Santa Catarina. Anais [...]*. Florianópolis, SC, 2017. p. 1-11. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180040/102\\_00453.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/180040/102_00453.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 18 mar. 2024.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 28° ed., 2009.

MOUTEIRA, N. Q. S. **A aquisição da linguagem: o uso da libras x oralização dos surdos**. 2018. Disponível em: <https://www.unifeso.edu.br/direcao/docs/2018-09-12%20OBSERVAT%C3%93RIO%20EDUCACIONAL%20%20A%20aquisi%C3%A7%C3%A3o%20da%20linguagem%20-%20o%20uso%20da%20libras%20x%20a%20oraliza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20surdos.pdf>. Acesso em: 22 dez 2023

PAULO NETTO, J. **Economia Política: Uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. Disponível em: <https://www.unirio.br/cch/filosofia/Members/pedro.rocha/economia-politica/Jose%20Paulo%20Netto-%20Marcelo%20Barz%20-%20Economia%20politica%20uma%20introducao%20critica.pdf/view>. Acesso em 02 dez. 2023.

PERLIN, G. T. T. **Identidades surdas**. 8° ed., Porto Alegre, RS: Mediação, 2016.

PIMENTA, M. L. **Produção e compreensão textual: um estudo comparativo junto a universitários surdos e ouvintes**. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2008. Disponível em: [Repositório Institucional da UnB: Produção e compreensão textual: um estudo comparativo junto a universitários surdos e ouvintes](#) Acesso em 02 dez. 2023.

SANTOS, J. S. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na era Lula da Silva. **Serv. Soc. Soc**, São Paulo, n. 111, p. 430-449, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/jfqY4MqJPmNRqRRyFtTbZTJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 dez. 2023

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil —1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7738047/mod\\_resource/content/1/O%20Espeta%CC%81culo%20das%20rac%CC%A7as%20-%20Lilia%20Moritz%20Schwarcz.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7738047/mod_resource/content/1/O%20Espeta%CC%81culo%20das%20rac%CC%A7as%20-%20Lilia%20Moritz%20Schwarcz.pdf). Acesso em 23 ago. 2024.

SILVA, E. F. DA.; CAMPOS, M. F. O percurso dos surdos na história e a necessidade da LIBRAS para inclusão dos sujeitos na escola. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE*

JOVENS INVESTIDORES, 3., Edição Brasil, Ceará. **Anais [...]**. Ceará: IFCE, 2017:

Disponível em:

[https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/join/2017/TRABALHO\\_EV081\\_MD1\\_SA144\\_ID1281\\_12092017192714.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/join/2017/TRABALHO_EV081_MD1_SA144_ID1281_12092017192714.pdf). Acesso em: 31 jul. 2024.

SILVA, M. D. P.; SOUZA R. M. A formação de uma variedade surda da raça humana: o olhar eugênico de Alexander Graham Bell sobre a pessoa surda. **Revista Digital de Políticas Linguísticas**, Córdoba, Argentina, v. 8, n. 8 2016. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiw5vnZ6PmEAXV->

[qJUCHXeCAn8QFnoECBYQAAQ&url=https%3A%2F%2Frevistas.unc.edu.ar%2Findex.php%2FRDPL%2Farticle%2Fview%2F15399%2F15274&usq=AOvVaw0sU\\_1comzQBpxNDNF AJ74A&opi=89978449](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiw5vnZ6PmEAXV-qJUCHXeCAn8QFnoECBYQAAQ&url=https%3A%2F%2Frevistas.unc.edu.ar%2Findex.php%2FRDPL%2Farticle%2Fview%2F15399%2F15274&usq=AOvVaw0sU_1comzQBpxNDNF AJ74A&opi=89978449). Acesso em: 03 mar 2024.

SILVA, M. D. P.; SOUZA R. M. Erradicação da Surdez: A eugenia na escolarização dos surdos no século XIX. **Rev. Pedagógica**, Chapecó, SC., v. 20, n. 43, p. 183-201, 2018.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v20i43.3942>. Acesso em: 05. fev. 2024.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 565-582, 2005. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/hxDxvJQjCZY8MCdBGLgGNnK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05. fev. 2024.

SILVA, D. L. S. A história dos gigantes da mídia: Os Impérios da Comunicação do telefone à internet, da AT&T ao Google. **Boletim Historiar**, São Cristóvão, n. 11, 2015. Disponível em:

[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://periodicos.ufs.br/historiar/article/download/4421/3660/12500&ved=2ahUKEwjA8\\_XAZvmHAXW-IbkGHQ6cG6MQFnoECBYQAAQ&usq=AOvVaw1FDdTUDHjjPcLAmP41db4v](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://periodicos.ufs.br/historiar/article/download/4421/3660/12500&ved=2ahUKEwjA8_XAZvmHAXW-IbkGHQ6cG6MQFnoECBYQAAQ&usq=AOvVaw1FDdTUDHjjPcLAmP41db4v). Acesso em: 05 ago. 2024.

SILVA, M. D. P. da. **A educação de surdos no Brasil de 1856 a 1961: Manutenção e resistência ao ideário eugênico**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2021. Disponível em:

[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download%3FcodigoArquivo%3D552020&ved=2ahUKEwjA8\\_XAZvmHAXW-IbkGHQ6cG6MQFnoECBsQAAQ&usq=AOvVaw11GMbcB5-8IIJ-LkJkrMQY](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download%3FcodigoArquivo%3D552020&ved=2ahUKEwjA8_XAZvmHAXW-IbkGHQ6cG6MQFnoECBsQAAQ&usq=AOvVaw11GMbcB5-8IIJ-LkJkrMQY). Acesso em: 20 dez. 2023.

SKLIAR, C. **Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças**. 8º ed., Porto Alegre, RS: Mediação, 2016.

STALIN, J. V. **Obras escolhidas 1901-1952**. São Paulo: Ciências Revolucionárias, p. 64-75, 1906.

STROBEL, k. **História da educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2009. (Material pedagógico). Disponível em:

[https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase\\_HistoriaEducacaoSurdos.pdf](https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf). Acesso em: 06 dez. 2023.